

EM TEMPO!

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Carlos Sdroyeswski

A crise nacional e o movimento sindical

Os novos caminhos da revolução cubana

O grito de alerta que vem de Volta Redonda

Um programa contra a barbárie capitalista

Editorial

Agora é a nossa vez

Estamos há 168 dias das eleições presidenciais. Este é o nosso tempo, o tempo concentrado, o tempo de que dispomos para criar as condições da vitória de Lula no dia 15 de novembro.

Jamais estivemos diante de um desafio tão elevado e exigente em nossas vidas. Mas é possível vencer desde que aliemos o máximo de lucidez com o fogo da energia e esperança de que são capazes nossos corações.

Editorial

Agora é a nossa vez

Vamos começar a grande virada do povo para as eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989.

Uma análise fria e abrangente do quadro das candidaturas e da conjuntura na qual elas se inserem evidencia que a **situação é estruturalmente favorável ao crescimento da Frente Brasil Popular.**

O fracionamento da burguesia

Apesar do quadro das candidaturas não estar ainda completamente definido para o primeiro turno (é possível que alguns candidatos menos viáveis retirem ou se componham com outros), já é possível dizer que as **classes dominantes apresentam-se até agora nestas eleições divididas e com dispersão de forças.**

Há hoje oito candidaturas lançadas, percorrendo todo o espectro ideológico burguês, do proto-fascismo ao pseudo-reformismo social-democratizante.

A **chapa Ulysses/ Pires**, construída após forte tensão e muito sangramento do PMDB, apóia-se na máquina de muitos governos estaduais mas carrega consigo a âncora pesada da identidade com o governo Sarney. A pretensão dos chamados "históricos do PMDB" de construir um perfil oposicionista conveniente e de última hora está se pultada.

A **candidatura Covas**, após o insucesso nas eleições municipais de novembro de 1988, contava com a adesão de largos setores dos "históricos do PMDB" para decolar com força. Isto não aconteceu e a candidatura Covas evolui em fogo brando.

Brizola, acossado pelo PT, à esquerda, continua tentando construir pontes para a direita: o acordo com o PTB (ultra-fisiológico) e a aposta em Luís Antônio Medeiros para vice, além dos acordos com os latifundiários e "coronéis" nordestinos. A ascensão eleitoral de Brizola continua na dependência de um difícil equilíbrio entre a sua demagogia populista e a costura de alianças à direita que compensem a extrema fragilidade orgânica e indigência programática do PDT.

As candidaturas de Aureliano (já enfraquecido com o racha do PFL), de Maluf (com o PDS também enfraquecido e dividido), de Caiado (correndo na margem) e de Afif Domingues têm uma expressão bastante minoritária.

Neste quadro, as classes dominantes procuram desesperadamente a figura de um "herói". Encontraram-no momentaneamente na figura de Collor de Mello. Partindo de Alagoas, montado em partidos fantasmas, com um passado mais que duvidoso (ex-pedessista, ex-malufista, dono de grande fortuna e com perfil de aventureiro) **Collor é certamente um investimento eleitoral de altíssimo risco para a burguesia.**

Que este Bonaparte de quinta categoria venha a ocupar o vácuo político e unifique em um certo nível as classes dominantes nestas eleições não é uma hipótese completamente descartável. Mas um árduo e tortuoso caminho terá de ser percorrido daqui até as eleições para que isto ocorra.

A Frente Brasil Popular e o PCB

No campo do movimento operário, **a dinâmica de construção da hegemonia do PT e de unidade com o PC do B, com o PSB e o PV vem se impondo.** Resta para ser completamente consolidada a escolha do vice.

submeter à consideração da Frente os nomes levantados no interior do partido: Paulo Freire, Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Benedita da Silva. Se não se alcançar um consenso, o nome do vice da chapa será definido em última instância no VI Encontro Nacional.

Por enquanto, o PCB continua resistindo à dinâmica unitária no campo popular. Assim, o último e persistente cruzado da unidade das forças burguesas na "Nova República" mostra agora a inconseqüência de seu divisionismo no campo operário e popular. **A pressão sobre as bases do pequeno PCB aumentará em grau e volume de forma irresistível nestes próximos meses.**

Temos de ser absolutamente claros neste ponto: **a candidatura Lula deve ser a voz política das greves, a sua expressão mais consciente, a expressão combativa do ímpeto dos milhões de grevistas que afrontaram o Plano Verão.**

E devemos acrescentar: as greves ajudam mais ainda se corretamente dirigidas, se conseguirem construir a cada momento a solidariedade da população. Serão cada vez mais preciosas quanto menos corporativas forem, quanto mais unificadas se realizarem, quanto mais politizadas se apresentarem.

Os obstáculos da campanha

O país já respira o clima das eleições presidenciais. A mídia joga em cena todo o seu potencial de desinformação e de formação de opiniões. As candidaturas burguesas tomam iniciativas.

Mas o PT não está ainda completamente afiado para enfrentar este que é o seu maior desafio desde o seu nascimento. Nestes cinco primeiros meses do ano houve carências evidentes na coordenação da campanha. O perfil da candidatura e seu programa estão ainda confusos em pontos importantes. Lula, em várias situações, demonstrou dificuldades em expressar o conteúdo "antimonopolista, antiimperialista e antilatifúndio" de sua candidatura. Refletindo estas deficiências, absorvida no processo de realização das convenções, a militância não entrou ainda de corpo e alma na campanha.

Há ainda tempo suficiente para corrigir estas deficiências. Elas são perfeitamente compreensíveis: **a crise nacional tenciona até o limite o PT, cobra dele elevação programática e ideológica, reclama o máximo de sua capacidade organizativa.** É como se fôssemos mergulhar em uma correnteza de águas turbulentas: antes é preciso medir bem o desafio, encontrar o ponto de apoio para o salto, retesar os músculos, calcular os riscos. E, depois, saltar.

Coordenação e comitês de base

Já estão sendo operadas mudanças importantes no funcionamento da coordenação da campanha. Ela vai no sentido de descentralizar funções, tornar outras mais operacionais, envolver mais quadros dirigentes em funções executivas.

Esta mudança decisiva deve se casar com outra: a formação ainda no mês de junho dos comitês de base da campanha. Se conseguirmos entrar no início do segundo semestre com alguns milhares destes comitês formados, enraizados em todo o país, presentes nas lutas e mobilizações, a campanha cres-



Cada petista é agora um tribuno do povo e um organizador incansável

Dos nomes de fora do PT apresentados para a vice, o que certamente apresenta mais densidade eleitoral e que mais amplia o espectro programático da candidatura da Frente Brasil Popular (introduzindo com força os temas da ecologia e das minorias oprimidas) é Fernando Gabeira. Sofre restrições de alguns setores mais conservadores do PT, embora a tendência dos encontros estaduais onde houve votações para indicação do vice, aponte claramente a preferência para seu nome.

A reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 27 e 28 de maio, preocupada com a manutenção da unidade da Frente Brasil Popular, decidiu

A formidável maré grevista

Outro fator decisivo que compõe a situação estruturalmente favorável ao crescimento da candidatura Lula é o momento mais grandioso do ascenso do movimento sindical da década.

Este ascenso das greves (ver avaliação nas páginas 7 e 8) é parte integrante, é condição decisiva para a construção das condições da vitória de Lula em 15 de novembro.

Carece de sentido, só expressa um momento de confusão, o debate que alguns parlamentares petistas endossaram sobre se as greves ajudam ou não a campanha.

cerá como uma bola de neve nos meses seguintes.

Programa contra a barbárie

É no programa econômico até agora discutido que estão as maiores debilidades das metas do governo democrático-popular.

Em poucas linhas, podemos dizer: o programa econômico é ideologicamente defensivo diante da propaganda de cunho neoliberal (abstém-se até de defender a idéia da estatização dos bancos); é genérico na definição do novo modelo econômico que o PT propõe; é tímido na definição de compromissos de governo que aliviem a crônica e desesperada situação do povo.

Este é um ponto essencial, pois estabelece um vínculo direto com as reivindicações mais sentidas e a onda de greves que agita o país. Nesta edição (páginas 9 a 12), trazemos uma série de propostas e contribuições para a candidatura Lula tomar a ofensiva neste campo.

No campo da democratização radical do Estado, é preciso que sejam definidas com mais nitidez e precisão as medidas que a candidatura defende. Temas como a reforma da legislação eleitoral e do modo de funcionamento do Congresso, da democratização do judiciário, da quebra dos oligopólios que dominam os meios de comunicação precisam ser destacados. As formulações sobre as Forças Armadas e o aparato repressivo, em linhas gerais, são já suficientes para calçar uma postura ofensiva do PT.

É preciso ainda realçar, desenvolver, desdobrar o programa da candidatura contra a opressão das mulheres.

A postura de Lula

As pressões desencadeadas sobre o PT, todo o ódio e desprezo que as classes dominantes nutrem pelos trabalhadores serão concentradas na figura de Lula (como aliás, já vem ocorrendo). É perfeitamente compreensível neste quadro — e frente às debilidades da campanha antes arroladas — que o desempenho de Lula tenha sido deficiente em várias circunstâncias.

Mais importante do que constatar isso, no entanto, é estabelecer um relação de sintonia, de profunda identidade, de confiança e estímulo mútuo entre Lula e as dezenas de milhares de militantes que apoiam a Frente Brasil Popular.

Nós que conhecemos Lula desde as heróicas greves do ABC na década de 70, que estivemos juntos nos momentos mais difíceis da construção do partido, que sabemos do seu sempre renovado compromisso com a luta dos trabalhadores, temos confiança: Lula, com sua energia de classe, se agigantará na campanha.

Elevar o tom

Sobretudo, é preciso que elevemos o tom. A eleição de Lula só é possível com o deslocamento para a esquerda da consciência de milhões e milhões de brasileiros. E isso não ocorrerá se nós próprios não demonstrarmos a confiança necessária na nossa capacidade de dirigir o país.

É preciso que tenhamos convicção e audácia para gritar, alto e bom som, para as classes dominantes deste país:

— Basta! Vocês fracassaram em toda a linha. Transformaram este país em um inferno de opressão e injustiça. Atolaram a economia, no círculo vicioso da recessão, inflação e especulação. Rasgaram todos os compromissos éticos de honradez, e agrediram todos os direitos humanos.

Mas falharam nas suas mil e uma tentativas de nos paralisar pelo medo, pelo terror, pela repressão. Fracassaram até no ardil de nos iludir com este arremedo de República.

Agora é a nossa vez de governar o país.

Contra a fúria dos que querem defender a todo custo seus privilégios, opoemos a força irresistível da democracia das amplas massas, como nunca houve neste país. Somos a maioria, somos a democracia.

Cada petista é um tribuno do povo e um incansável organizador. Cada petista vale dez, vale cem, vale mil. Vamos começar já a grande virada do povo nestas eleições.

Solidariedade ao companheiro ferido

Mais um atentado à vida de um militante do PT a serviço dos trabalhadores rurais da região amazônica foi perpetrado pelos capangas e bandidos profissionais a serviço do latifúndio. Na madrugada de 29 de março último, a um quarteirão da residência de seus familiares, em Manaus, a tocaia covarde e assassina atacou o jovem advogado Antonio Eder de Souza Coelho.

Quatro facinoras estavam escondidos dentro de um carro "gol" (preto ou marrom escuro, não dava para ver). Eder vinha a pé. Três homens saltaram do carro. Um ficou ao volante com o motor ligado. Declarando serem policiais, os agressores exigiram a arma da vítima. Mas Eder Coelho não costumava andar armado. Pensando que eram assaltantes comuns, ofereceu-lhe dinheiro. A resposta foram vários tiros à queima roupa.

Os agressores fugiram. Eder arrastou-se até a casa, onde foi socorrido. Com oito perfurações no intestino, já sofreu quatro intervenções cirúrgicas.

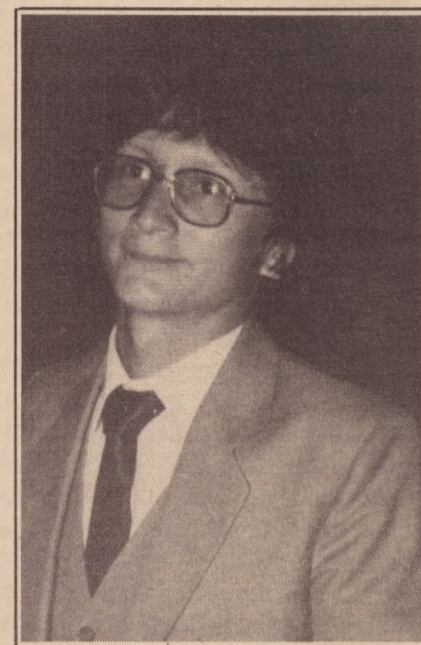
Militante petista

Antonio Eder é um jovem militante petista, de 26 anos. Nasceu em Juruti, Pará. Estudou em Pirintins (Amazonas) e Santarém (Pará). Em 1986, formou-se em Direito na Universidade Federal do Pará. Durante sua vida de acadêmico, militou no movimento estudantil. Concluído o curso, retornou para Santarém onde advogou para a Colônia de Pescadores Z-21, para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juruti, para o STR de Óbidos e para a Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (Pará).

Além disso, passou a atuar como advogado da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Santarém, da Comissão Pastoral da Terra de Parintins.

Perfil do mandante

Eder estava em Manaus colhendo material para uma ação popular contra a Eletronorte. O



lago formado pela hidrelétrica de Balbina desalojou centenas de famílias de trabalhadores rurais que até hoje não receberam indenização alguma.

Em Santarém tratava da defesa de um jovem trabalhador ameaçado de morte pelo chefe do tráfico de ouro em Itaituba, Vislando Freire, um dos mais perigosos contrabandistas da região do Tapajós, suspeito de ter mandado assassinar dezenas de pessoas nos garimpos de sua propriedade. O cliente de Eder acusou-o pelo assassinato de seu irmão.

Em represália foi preso — a polícia está mancomunada com Vislander — e forçado a retirar a acusação.

Os advogados de Santarém recusam-se a defender as vítimas do contrabandista. Só o petista Eder aceitou a incumbência.

Solidariedade

As Pastorais da Terra e dos Direitos Humanos estão participando da solidariedade a Antonio Eder. O PT local mobiliza amigos e admiradores de Antonio Eder, que ainda deverá ser submetido a mais uma intervenção cirúrgica.

A primeira cirurgia foi paga pela CPT (aproximadamente dois mil cruzados novos). As outras três cirurgias custarão aproximadamente dez mil cruzados novos.

ATENÇÃO

EM TEMPO muda de sede: A partir de junho estaremos sediados na rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — CEP 05404 São Paulo. O telefone continua sendo 852-8880.

EM TEMPO

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Issac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

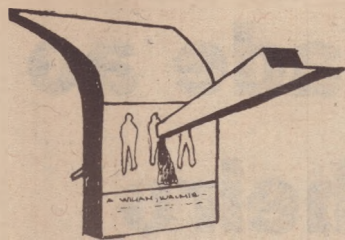
Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n° 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros - São Paulo. Fone: 852-8880. CGC n° 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646.

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. Loja 4. Bonfim. CEP 90.210. Fone: 27-4642.

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.



Grito de alerta que

Os operários respondem ao ataque fascista com iniciativas que

Isaac Akcelrud

O brutal e covarde atentado fascista ao monumento em memória dos metalúrgicos de Volta Redonda, assassinados pela repressão militar à greve de novembro de 1988, é peça básica da campanha de provocações e calúnias orquestrada em todo o país contra o movimento operário e popular. A comunidade prolétaria da Cidade do Aço não o considera como fato isolado ou mero episódio local. O atentado é testemunho involuntário do próprio inimigo de classe forçado a reconhecer o alcance e significação da renhida que se trava em Volta Redonda.

A renovada agressão produziu resultado diametralmente oposto ao pretendido pelo banditismo equipado com explosivos produzidos pela Indústria de Material Bélico (Inbel) do Exército. O Sindicato mantém a iniciativa em toda linha e se consolida como centro da vida pública em Volta Redonda, exemplo vivo do papel que a classe operária está sendo chamada a desempenhar no seio da sociedade brasileira.

O monumento será duplo, pois as ruínas da explosão lá permanecerão, como denúncia e documento permanentes. Ao seu lado, a reconstrução, proclamando a invencibilidade dos trabalhadores unidos e organizados.

Ao mesmo tempo, a luta reivindicatória se politiza, estende sua organização a numerosos sindicatos, abarca municípios vizinhos e se engrena solidamente com a defesa da Companhia Siderúrgica Nacional, patrimônio do povo brasileiro, contra uma direção predatória e entreguista que expõe a vida dos trabalhadores com sua política de sucateamento e privatização da grande usina.

É este processo que tentamos sintetizar e avaliar no texto a seguir.

O Primeiro de Maio de 1989, no Estado do Rio de Janeiro, pertenceu a Volta Redonda. O perfil político, a organização e o senti-

do atual da manifestação ficaram a cargo dos metalúrgicos. O centro da programação foi a inauguração do monumento aos mártires proletários: William, Walmir e Barroso.

A praça, no centro da qual o monumento se refletia num espelho d'água, fronteira ao prédio dos escritórios centrais da CSN, mudou de nome, por iniciativa do vereador petista e dirigente sindical, Vanderlei Barcelos. Agora é a Praça Juarez Antunes, o Metalúrgico. A grande artéria que desemboca na praça passou a chamar-se Avenida dos Trabalhadores. A Cidade do Aço começa a proclamar sua identidade operária.

Na madrugada seguinte o banditismo a serviço da reação golpista dinamitou o Monumento.

Respostas na hora

No mesmo dia, o boletim diário do Sindicato, o "9 de Novembro", (é a data do assassinato dos metalúrgicos) em edição especial, publicou um editorial sob o título "Não nos amedrontam" onde se lê:

"Ontem inauguramos, em grande solenidade nacional, o Memorial aos companheiros assassinados. (...) Mas os militares não aceitaram que reverenciássemos nossos mortos. Não tiveram respeito a nossos heróis nem à obra do grande arquiteto Oscar Niemeyer. Às 3:15 horas (três e quinze da madrugada) uma poderosa bomba destruiu nosso Memorial por completo. Em torno encontramos muitos pedaços de pano verde-oliva.

Vamos mostrar que não nos amedrontaram. Vamos voltar à praça."

Opiniões complementares

Não se carece de muita perspicácia, nem é preciso nenhum faro especial para perceber de saída que todos os fatos, indícios e vestígios do vandalismo apontam para a responsabilidade criminal da direita. Todas as opiniões são coincidentes a respeito. Inclusive a do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro da Guerra. "É uma reação da direita", declarou. Onde o general se diferencia e distingue, se destaca e estabelece um critério especial é na explicação que se dignou dar ao comum dos mortais. Trata-se, diz o general, "duma reação da direita em contrapartida a posições radicais".

O impávido general é sabidamente canhestro politicamente. Há pouco se enredou em declarações infelizes (pelo menos) contra os índios. Desta vez, fez uma enorme ginástica verbal para insinuar que a direita apenas respondeu à esquerda, uma "contrapartida" ao que vai catalogando, com arbítrio prussiano, como "radicalismo", para incriminar a esquerda por linhas travessas como co-responsável pelo atentado.

Quem tentou emendar a inabilidade política e a incontinência verbal do general foi o solícito e prestativo Leonel Brizola: "Foi algum cérebro perverso que fez isso até mesmo para deixar mal o Exército e os militares e, então, jogá-los contra a opinião pública." A emenda foi pior do que o soneto. Brizola diz, de fato, que os militares ficaram em má postura diante da opinião pública.



Os operários assassinados se renovam na luta de todos: o monumento será reconstruído

Ambos os analistas, o militar e o pai-sano, se preocuparam em deixar na sombra a direita fardada. É uma coincidência que nem precisa ser analisada. Ele se explica por si mesma. Um axioma político.

Segunda explosão

Desde o primeiro momento, a imprensa burguesa orientou-se por esse critério policial-militar destinar as lutas salariais como "violência radical", enquanto a violência homicida da repressão e dos bandos fascistas afins recebe o salvo-conduto de ser uma inevitável "contrapartida". O noticiário sobre o atentado vinha sublinhado pelas lamentações hipócritas ante a "decadência" da CSN, outrora uma empresa que impulsionava a indústria brasileira, agora em grandes dificuldades por estar sendo "afogada por greves".

Em seguida, ocorreu a explosão do regenerador de ar do Alto Forno nº 3, em consequência do qual perderam a vida dois trabalhadores. O fato foi recebido com mal disfarçado júbilo, pois servia para intensificar a campanha de calúnias, provocações e "conselhos" de "bom senso" assinados por "esquerdistas" vacilantes tipo Herbert de Souza, contra a resistência dos trabalhadores ao confisco de salários pelo Plano Verão.

A diretoria da CSN, maliciosa e sorrateiramente, levantou a suspeita de sabotagem operária como causa da explosão, logo encampada pelo "sherlock" Romeu Tuma. O dirigente sindi-

cal Vagner Barcelos foi citado pelo jornal **O Globo**, de 13 de maio, como autor provável da explosão. Mas a provocação morreu no nascedouro: no dia da explosão no Alto Forno nº 3, Vagner Barcelos estava participando da discussão do tema "A CSN e a crise", desde as 15 horas, num Fórum de Debates no Clube dos Diretores Lojistas. Fazia parte da mesa diretora dos trabalhos ao lado de várias autoridades municipais.

Por ironia, Vagner Barcelos goza de merecida reputação como técnico de alto nível e especialista na recuperação de altos fornos. Foi ele quem comandou a operação de salvamento do alto forno nº 2, colocado em risco pela incompetência da direção da CSN, por ocasião da greve de novembro do ano passado. (Ver **EM TEMPO**: nº 231).

Tríplice contra-ofensiva

Toda a campanha de intimidações e ameaças, a partir do atentado ao Monumento, pretendia encurralar o movimento sindical e isolar politicamente os trabalhadores, marcando as lutas salariais como um "risco para a democracia". Pretensiosos analistas políticos chegaram a "descobrir" que as greves tiram votos do Lula. Um deputado estadual, Carlos Minc, chegou ao cúmulo da petulância de anunciar a exigência da "mudança do discurso de Lula", deixando de falar como sindicalista para assumir a postura de presidencialista. Com quem, está afinal, esse senhor Minc? pergunta-se em Volta Redonda.

Nessa conjuntura, os metalúrgicos decidiram desencadear, sem tardança, uma contra-ofensiva em várias frentes, simultaneamente: a denúncia política do atentado, cortando o passo ao diversionismo das especulações policiais — o sindicato não se deixa distrair por perícias e reconstituições; a campanha em defesa da CSN, exigindo a participação operária numa comissão mista para avaliar a política de produção da usina e indicar medidas de preservação do seu equipamento, assim desfazendo a cortina de fumaça que pretende esconder a verdadeira situação da empresa; um novo e vigoroso impulso à luta pelas reivindicações em aliança com os demais sindicatos, através de um programa de emergência comum a todos.

S.O.S. Democracia

A denúncia política começou com uma firme e unitária demonstração pública em defesa da democracia. O Sindicato acusou em voz alta: "Companheiros, o atentado que destruiu por completo o memorial a William, Walmir e Barroso (...) foi um ataque à organização dos trabalhadores em todo o Brasil e, mais do que isto, um cartão de visita daqueles que não aceitam a democracia em nossa pátria (...) precisa-

vem de Volta Redonda

criam laços fortes com a luta dos trabalhadores de todo o país.

mos defender e construir a democracia (...) e para isto os partidos políticos, os sindicatos nacionais e internacionais, entidades diversas e o nosso Sindicato preparam um grande ato público. Vamos todos levantar nossa voz e gritar: S.O.S. Democracia.”

A defesa da democracia com a mobilização e organização das massas populares, sob a liderança dos trabalhadores, contrasta com a manobra de cúpula dos reformistas que pretende “salvar” a democracia através de acordos e arreglos de gabinete com as direções dos partidos burgueses. Esta é a primeira lição a recolher.

S.O.S. Democracia, no estilo Volta Redonda, deve estender-se a todo o país, pois a ameaça é real. Não podemos deixar esta causa à mercê do jogo dos partidos que traíram a campanha das diretas.

A responsabilidade pela explosão do regenerador de gás do Alto Forno nº 3 recai inteiramente sobre a direção da CSN. É o que demonstra a nota conjunta dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Engenheiros. As causas deste e de tantos outros acidentes são apontadas expressamente: a) o excesso de empreiteiras, no interior da Usina, com pessoal sem treinamento; b) a política de produção a qualquer custo, levando a práticas operacionais erradas; c) em consequência, o clima de intranquilidade e tensão no ambiente de trabalho.

Esse mesmo Alto Forno, em 1986, teve sua sala de controle totalmente destruída por um incêndio. Os dois sindicatos exigem uma apuração pública do acidente de medidas para a recuperação do equipamento, além do atendimento aos trabalhadores feridos e assistência às famílias dos dois metalúrgicos mortos.

Cláusula especial

Na pauta intersindical de reivindicações destaca-se uma cláusula especial que assume crescente importância na politização da luta em curso. Na rodada de negociações, em Brasília, promovida pela ministra do Trabalho, Dorrotheia Werneck, o Sindicato dos Metalúrgicos deixou bem clara e definida sua posição de defesa intransigente da CSN:

“Antes de qualquer outro ponto, queremos discutir a Cláusula Especial de nossa pauta: Criação de Comissão Mista composta de quatro representantes da empresa, dois do Sindicato dos Metalúrgicos e dois do Sindicato dos Engenheiros, para reformular o programa, elaborado pela empresa, de me-

tas de produção, com vistas à preservação dos equipamentos, da saúde do trabalhador, do meio ambiente, prevenção de acidentes e à melhor qualidade do produto, com menor custo”.

A proposta foi recusada pelo presidente da CSN, economista Juvenal Osório Gomes. Em seguida veio a explosão. O Sindicato está desafiando publicamente Juvenal Osório a explicar essa recusa de vistoria do equipamento.

Esta é uma luta que já dura anos. Não começou hoje. Agora, o Sindicato procura obter medida cautelar na Justiça, através de seu Departamento Jurídico, visando uma vistoria completa nos seguintes equipamentos: os altos fornos I, II e III; os gasômetros; os tanques; a aciaria e a laminação. O objetivo declarado é detectar e comprovar desgastes nos equipamentos. O processo está na 4ª Vara Cível de Volta Redonda.

Privatização fraudulenta

Durante a greve de novembro do ano passado, o governo lamentou publicamente a extrema dificuldade de privatização da CSN. A empresa é muito grande, o que impossibilita encontrar-se um grupo capitalista disposto a nela investir alguns bilhões de dólares. Além disso, o grande capital sabe muito bem, junto com a Usina, vem um contingente de dezenas de milhares de trabalhadores conscientes de seus direitos, fortemente organizados e cada vez mais lúcidos politicamente.

Os trabalhadores de Volta Redonda começam a anotar sinais cada vez mais expressivos da tática fraudulenta adotada pelo governo para alcançar o objetivo já confessado de privatização. Em lugar da venda global, o loteamento da usina. Em vez da venda dos equipamentos, a formação progressiva de um condomínio capitalista privado no seio da usina através da sublocação da mão-de-obra via contratação de empreiteiras. Isto se torna visível, comparando os volumes de contratação nas diversas fases da vida da empresa.

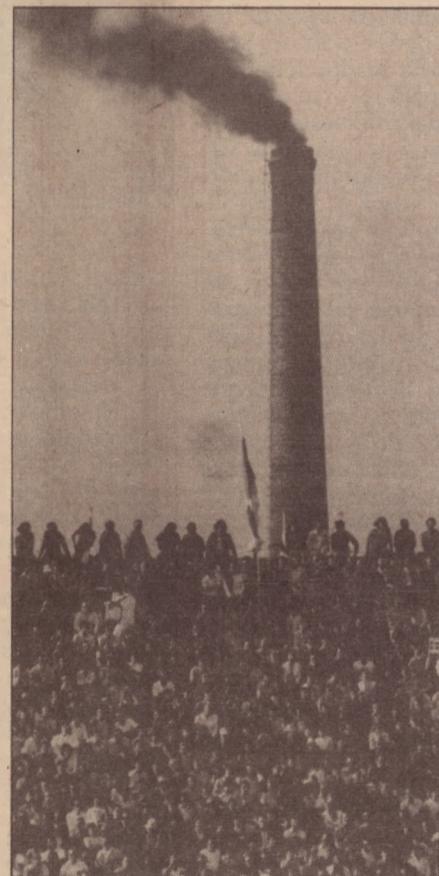
Nos períodos de instalação e expansão da Usina, quando era grande o volume de trabalho de construção civil e de montagem, justificava-se uma alta taxa de contratação, pois não se tratava propriamente de produção siderúrgica. Entretanto, as contratações chegavam apenas a 7% do faturamento.

Agora, passada essa fase, quando a tônica é a manutenção, o trabalho profissional siderúrgico, o volume da contratação saltou para 25% do faturamento. Na CSN existem 5.000 operá-

rios de empreiteiras, diretamente na produção. Deveriam ser admitidos e treinados como funcionários da empresa.

A empreiteira é um intermediário dispensável e caro. Outros 5.000 trabalham em obras temporárias, expediente para negar-lhes emprego fixo.

A política de privatização chegou ao ponto de sufocamento intencional da Companhia Brasileira de Projetos Industriais (COBRAPI), empresa estatal de consultoria. O governo Figueiredo a proibiu de participar de concorrências nacionais — o que só podia beneficiar consultorias técnicas privadas e multinacionais.



Cerrando fileiras em defesa da Siderúrgica

Acidentes e sucateamento

“Produzir é bater records” é a política em vigor na CSN. A empresa alega que nunca houve tanta manutenção, como agora. É verdade, respondem trabalhadores e técnicos, nunca houve antes tanta manutenção errada e pela metade. Exemplo típico é o caso do grupo de seis operários que deviam executar uma “manobra de gás”, isto é, mexer manualmente numa válvula. Os operários não queriam fazê-lo com a linha em carga, pois havia risco de explosão, além do gás contaminado por benzol ser cancerígeno.

Mas, atender os trabalhadores significaria uma parada de 40 minutos em diversos equipamentos. A CSN decidiu arriscar, pois vida de operário não entra nos custos de produção. Ocorreu a esperada explosão, os seis operários saíram feridos, dois em estado grave, João Ricardo e Dilson, internados até hoje no Hospital da Aeronáutica, no Rio.

Esta situação explica a exigência de demissão da atual diretoria, a reivindicação de revisão de todos os contratos e a comissão mista.

Financiando multinacionais

As siderúrgicas estatais estão funcionando como canais de transferência de renda produzida pelos trabalhadores brasileiros para os cofres das multinacionais. Quem deu a pista foi nada menos do que a Siderbrás, em documento encaminhado à Secretaria Especial de Abastecimentos e Preços (SEAP). As revelações já conhecidas (*Gazeta Mercantil* de 10.05.89) dizem o seguinte:

1 — CSN, Cosipa e Usiminas têm um prejuízo mensal de 100,1 milhões de dólares, devido aos preços cobrados pelos aços.

2 — Nos últimos dez anos, de 1978 a fevereiro de 1989, as três siderúrgicas foram sugadas em 17 bilhões de dólares, “o que corresponde a uma maciça transferência de recursos das empresas siderúrgicas estatais para o setor consumidor majoritariamente constituído de empresas privadas”. Especialmente as montadoras de automóveis, todas multinacionais.

3 — O prejuízo é de 33,8% para a Usiminas, 59,38% para a CSN e 66,63% para a Cosipa.

4 — A consequência é um forte impacto no Tesouro Nacional — quer dizer, o povo é quem paga — e no endividamento externo e interno.

Este exemplo mostra porque as estatais estão em apuros. Não é porque são estatais, mas porque o Estado está em péssimas mãos. fica mais do que evidente a necessidade de controle operário que, no caso, começa pela comissão mista proposta pelos sindicatos.

É o único jeito de defender Volta Redonda contra a depredação programada em favor da privatização e da sangria dos preços subsidiados para aumentar os lucros da indústria automobilística.

A CSN está sendo apunhalada pelas costas. Sua principal linha de defesa é a unidade combativa dos trabalhadores. É a outra lição a recolher em Volta Redonda.

Mais Volta Redonda na pág. 13

Os sindicatos e a crise nacional

O impacto do poderoso ascenso grevista na conjuntura do país acende disputas que vão muito além da mera definição dos salários.

Américo Bernardes

Este certamente é o mais poderoso momento do período geral de ascenso em que vive o movimento sindical brasileiro. Não se viam processos de massa tão fortes desde a campanha das diretas em 1984. Só que agora as possibilidades de a burguesia conseguir forjar uma solução que coopte estas mobilizações são muito pequenas. Hoje o crescimento do PT e dá CUT são obstáculos claros a esta possibilidade.

O novo período de lutas

O naufrágio do Plano Verão praticamente antes das águas de março, representou a derrota da última tentativa de ofensiva mais global por parte do governo no atual período. A falta de uma política salarial, aliada à brutal deterioração do poder de compra dos salários, compôs um quadro no qual pode a direção combativa do movimento atuar, animada pelas vitórias eleitorais de novembro de 1988. O descrédito do Plano Verão, a confiança das direções do movimento e as poucas alternativas da burguesia em golpear de frente o movimento abriram as condições para a vitoriosa greve geral de 14 e 15 de março.

A greve geral é o ponto de arranque deste novo processo de lutas, que o ministro Oscar chama de "grevismo selvagem". O crescimento das greves neste período não é linear, como podemos ver nas tabelas 1 e 2.

Na tabela 1, percebemos que o número de grevistas no primeiro quadrimestre deste ano é praticamente o dobro dos três anos anteriores (que têm um valor semelhante). No primeiro quadrimestre de 1989 fizeram greve quase seis milhões de trabalhadores, enquanto no primeiro quadrimestre de '86, '87 e '88 fizeram greve entre 2 e 2,5 milhões de trabalhadores. Isto sem contar a greve geral de 14 e 15 de março.

Outro dado que faz a diferença: entram em cena neste período setores fundamentais do movimento operário e as disputas pelo controle de fábricas (com ocupações, inclusive) se tornam mais violentas. As conquistas efetivadas não representam o conjunto do reivindicado. Contudo, o sentimento é em geral de vitória na

maior parte dos movimentos. A disposição de luta verificada nestes processos teve como resultado um aumento significativo da duração média das paralisações. Isto produziu como resultado o fato de que só em abril o total de grevistas vezes o número médio de dias parados equivale a 2/3 (dois terços) do total do ano de 1988: cerca de 21 milhões em abril de 1989 contra 32 milhões em 1988.

Disputa da legalidade

Todo este movimento se realiza num momento em que esboçam-se os primeiros sinais de uma crise de regime. Os primeiros elementos que evidenciam este início de crise de regime são dados não só pelo descrédito na institucionalidade, como pelo recurso a medidas não legais ou mesmo claramente ilegais por parte de vários setores da burguesia, tudo isto sendo posto a público de maneira muitas vezes aberta. São convocações de "desobediência civil" por parte da FIESP, manuais de como evitar divisas do país, declarações públicas instruindo a sonegação até os primeiros indícios de utilização na zona urbana de medidas de perseguição e eliminação física de militantes de esquerda (atentados, ameaças a dirigentes etc).

Em momentos como este pode se acentuar uma dinâmica de que enfrentamentos massivos se dêem à margem da legalidade constituída e é necessário termos sensibilidade para perceber os vários movimentos que ocorrerão.

Dispersão das greves

A greve geral de 14 e 15 de março apontava dois eixos centrais para a intervenção do movimento no período imediato que lhe sucedeu: o avanço das lutas pela melhoria dos salários e por uma política salarial e o reforço a centralização e unificação deste processos, tingindo-os com a luta contra o governo e contra as saídas que a burguesia pretende dar à crise que vai se agravar.

Contudo, a direção dada ao movimento no mês de abril e princípio de maio não conseguiu trabalhar de forma clara estes dois eixos. É necessário introduzir esta reflexão de forma clara e objetiva, para que possamos ter condições de



O grevista... e o soldado: a disputa palmo a palmo pelo espaço da legitimidade das greves

avancar nas lutas que travamos. Não se trata de uma crítica a este ou aquele setor da direção, mas o reconhecimento do delicado momento que atravessamos.

A dinâmica dada pela direção da CUT (através de reuniões da sua Executiva, ampliada com direções estaduais) reforçou fundamentalmente o eixo de lutas econômicas, o que criou uma dispersão nas quase quinhentas greves realizadas em abril. Apenas a orientação para que estas greves fossem realizadas num mesmo período não foi — como não seria — capaz de dar uma dinâmica unificadora ao movimento.

Estavam em greve os principais setores do movimento sindical em nosso país, aqueles setores que têm condições de vertebrar um processo de uma greve geral. Até mesmo as pautas de lutas eram semelhantes. Em alguns casos, ainda prevaleceu uma dinâmica excessivamente corporativa. Desta forma, o fim deste ciclo grevista foi deixado à espontaneidade das direções localizadas.

É no interior deste processo que o governo consegue organizar alguma ofensiva, tomando a iniciativa de decretar a medida provisória n.º 50 (a nova lei de greve). Com a medida nas mãos os tribunais puderam partir para a decretação de ilegalidade de greves; desar-

ticulando alguns processos importantes.

O governo toma iniciativas

Neste lapso que se formou no final de maio, no qual permanecem em greves alguns setores do funcionalismo público, a burguesia busca construir iniciativas para tentar deter o movimento.

A definição da lei de greve permanece em aberto. Não se conseguiu construir uma proposta no Congresso Nacional e o governo reedita a medida provisória n.º 50. O Congresso aprova uma nova lei salarial, mas o governo tende a rejeitar o valor do salário mínimo.

Tanto a nova lei de greve como a nova política salarial devem ser vistas de forma muito crítica pelo movimento sindical. A nova lei de greve mantém a tutela do judiciário sobre a legalidade (ou a justiça das reivindicações) e a caracterização de setores essenciais, entre outros tipos de mecanismos que cerceiam objetivamente o direito de greve garantido pela constituição. A nova política salarial não reconhece as perdas anteriores e discrimina os trabalhadores. Diminui um pouco a miséria dos extremamente miseráveis, mas mantém em patamares baixíssimos o salário de uma parcela importante de trabalhadores.

Ou seja, é uma política salarial que continua apostando que os salários são inflacionários e que só uma recessão pode livrar o país da crise econômica.

Uma nova greve geral

A iniciativa da CUT de deflagrar uma campanha por melhores salários e por democracia busca ser uma resposta às mais diversas propostas de pactos que começaram a surgir após o atentado de Volta Redonda. Entretanto, pela iniciativa está muito aquém das necessidades e possibilidades do movimento.

O novo ciclo de lutas que começa a ser construído deve ter em conta as principais lições destes meses de março a maio, aprofundando as suas características mais importantes.

O primeiro eixo, já colocado anteriormente é o que se refere às questões salariais. A inflação já começa a sair do seu plácido leito de um dígito. Com o desabastecimento provocado pela burguesia, o governo cedeu os últimos pontos de seu programa de descongelamento gradual. As poucas conquistas efetuadas neste início de ano têm seus dias contados.

Se permanecemos retomando lutas salariais mês após mês, isto é, se só nos mantemos neste eixo realizamos um

trabalho de Sísifo (Sísifo é um personagem da mitologia grega que é condenado a tarefa de rolar uma pedra morro acima e quando ela está quase chegando ao topo despenca e o trabalho deve ser iniciado novamente).

Não atuar no sentido de dar uma dinâmica abertamente política e unificada, de contestação à política econômica do governo, desarma o movimento para os enfrentamentos que virão. Junto à preparação das próximas campanhas já deve estar colocada numa dinâmica de unificação, apontando para a realização de uma nova greve geral mais forte a de março.

A questão mais relevante não é se a greve vai durar um, dois dias ou se será por tempo indeterminado. Esta discussão cria mais confusão do que ajuda. O ponto mais importante é criar condições para que este processo geral explicitamente elementos de contestação ao governo, que apresente uma negação às propostas da burguesia.

Apontar desde já a necessidade de uma nova greve geral significa também construir as condições para a sua realização. Três questões principais devem ser colocadas desde agora:

— é necessário já iniciar a preparação das categorias e setores que deverão vertebrar o processo geral, deflagrando uma forte campanha de denúncia das debilidades das me-

didadas que serão aprovadas pelo congresso ou editadas pelo governo;

— às iniciativas de tentar o enquadramento do movimento pela edição de novas leis, ou às iniciativas de atentados devemos construir um forte movimento de massas pela democracia. A propaganda da democracia deve ser uma constante nas assembléias e atos de massa. Além disto, as várias entidades já devem começar a construir formas de auto-defesa contra eventuais atentados que poderão vir. Esta iniciativa não pode ser vista como uma iniciativa isolada ou de caráter circunscrito à vanguarda. Quem garante a democracia e pode barrar os atentados são as massas conscientes e mobilizadas;

— em vários setores do movimento de trabalhadores, em particular nos setores vinculados às estatais, devemos começar a discutir formas efetivas de controle operário. São elementos essenciais para garantir meios para processos de lutas de maior envergadura e fazer frente a iniciativas da burguesia como boicotes ou lockouts.

Os problemas enfrentados hoje para construir esta dinâmica de unificação e politização devem ser superados a curto prazo. Isto é condição essencial para que tenhamos condições de fazer frente às tarefas colocadas.

Tabela 1

ano	nº de greves no 1º quadrimestre	nº de grevistas
86	200	2.583.250
87	935	2.590.681
88	614	2.104.730
89	1.305	5.785.372

Fonte: CEBAT/MTb
(extraído da **Gazeta Mercantil**)

Tabela 2

mês	greves	dias parados	nº grevistas
jan	169	1264	366.165
fev	218	2.210	253.983
mar	439	3.819	2.592.443
abr	479	4.838	2.572.781

Fonte: CEBAT/MTb
(extraído da **Gazeta Mercantil**)

PT: encontros preparam Convenção Nacional

Os encontros estaduais de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul já permitem situar as discussões que vão marcar o VI Encontro Nacional: o caráter e o programa do governo democrático e popular, a linha da campanha e a questão do vice.

José Corrêa

RS: críticas ao programa e Gabeira para vice

O encontro estadual do RS foi considerado esvaziado: participaram 243 delegados, que representavam 78 municípios. A pauta foi exclusivamente a preparação do VI E.N.: discussão política e eleição dos delegados. O DR do estado será renovado em encontro à parte, convocado exclusivamente para este objetivo, no prazo limite definido pelo D.N. A discussão política teve como textos base o documento da executiva nacional "Diretrizes para a elaboração do PAG" e os "13 pontos da Frente Brasil Popular" e foi marcada por uma grande unidade política. Foram, a partir daí, aprovadas duas emendas ao documento de "Diretrizes", procurando clarificar a relação e a vinculação entre o governo democrático e popular e a luta pela conquista do poder e do socialismo. Sobre os 13 pontos, foram aprovadas 15 emendas radicalizando e precisando diversos pontos de manifesto. Duas resoluções sobre a campanha Lula Presidente afirmam com clareza seu perfil socialista e seu caráter de instrumento de luta dos trabalhadores.

Outros pontos foram objeto de deliberação: a política de alianças; a convocação de um encontro nacional extraordinário para definir a política para o segundo turno; e a escolha do vice de Lula, onde o nome de Gabeira foi aprovado por 70% do plenário.

Concorreram três chapas de delegados ao E.N.: PT de lutas (puxada pela DS), que teve 78 votos (14 delegados); Preparar o PT para o enfrentamento (puxada pelo PRC), que teve 58 votos (10 delegados); e PT socialista de massas (puxada pela Articulação), que teve 91 votos (16 delegados).

O encontro municipal de Porto Alegre

O V Encontro municipal, realizado nos dias 6 e 7 de maio contou com a presença de 419 delegados, eleitos em 10 encontros zonais (nos quais participaram cerca de 1400 pessoas, o que caracteriza-os como encontros mais da militância). Em sua pauta destacaram-se as discussões sobre: o momento político e a campanha Lula; a política da administração municipal petista de Porto Alegre; a construção do partido na capital; e a renovação do diretório.

O ponto mais polêmico do encontro foi a discussão de balanço e orientações para a administração, onde foram confrontadas duas

resoluções, uma da Articulação e do PRC e outra da DS, esta última aprovada pelo encontro. No centro da discussão, a recusa de que a administração petista tenha um projeto político próprio, distinto do projeto do partido, o reconhecimento da autonomia da prefeitura na esfera administrativa e a afirmação do diretório como instância que, sem tutelar a administração, é o fórum das decisões políticas fundamentais.

A política de construção partidária aprovada coloca uma grande ênfase na nucleação. Foi formalizada a constituição de um Encontro Municipal de Núcleos, auto-convocado (uma inter-núcleos), que elege representantes ao Diretório Municipal o novo diretório municipal passa a ter 55 membros: 33 eleitos no encontro (15 suplentes), 11 representantes de núcleos, eleitos em Encontro de Núcleos (11 suplentes), 10 representantes de zonais, eleitos pelos respectivos diretórios (e seus 10 suplentes) e o líder da bancada. A executiva passa a ser composta de 14 eleitos mais o líder da bancada.

Concorreram ao D.M. cinco chapas: uma puxada pela DS, que teve 30% dos votos; a da Articulação, que teve 22%; o PRC e o MCR, que tiveram 19%; a CS e o LPS, que faz 14% dos votos; e a chapa constituída pela Vertente Socialista, o P.T. pela Base e setores independentes, que obtiveram 14% dos votos. Adão Vilaverde, sindicalista da corrente DS foi eleito presidente pelo plenário do encontro.

O encontro estadual do Rio

A discussão do encontro foi organizada a partir de um documento da executiva do DR que encerrava suas atividades. Os delegados puderam optar, no primeiro dia de discussão, por participar de um de três grupos temáticos: programa de governo, campanha Lula e construção partidária. Este documento, apresentado de sexta para sábado, tinha problemas na parte da conjuntura nacional e principalmente na discussão sobre o caráter e em pontos do programa. As formulações do DR não articulavam, de forma clara e explícita, as tarefas democráticas e populares com a luta pelo socialismo, problema que não foi sanado com as emendas aprovadas pelo encontro.

Secundariamente, as polêmicas foram travadas em torno das posições apresentadas pela CS: vice camponês, críticas à aliança com o PV e o PSB e ao manifesto da Frente Brasil Popular. Além da CS, apresentaram documentos alternativos Wladimir Palmeira e o setor da Articulação liderado por Mozarth, o Gaúcho.

Para a eleição do novo DR e dos delegados ao VI E.N. formaram-se três chapas: a composta por Jorge Bittar, Benedita, Ernani e o MCR, que teve 33% dos votos, elegeu 14 membros do DR e 15 delegados; a composta pelas duas alas do PT de massas, a DS, o PRC e Wladimir Palmeira, que teve 47% dos votos, elegeu 21 membros do DR e 21 delegados ao E.N. e a chapa composta pela CS, O Trabalho, VS e Beto Saloes, que teve 20% dos votos, elegeu 9 membros do DR e 9 delegados ao E.N. Jorge Bittar foi eleito presidente, disputando com Cerezo, ligado a Beto Saloes e apoiado pela C.S.



Minas: unidade ampla

O dado mais marcante do XI Encontro Estadual do PT de Minas foi a ampla unidade construída entre quatro das seis pré-teses apresentadas à discussão. Isso possibilitou a formação da chapa Unidade socialista e revolucionária, abarcando a Articulação, a DS, o PRC e a VS. Os 435 votantes no encontro debateram o texto base, que infelizmente somente foi distribuído no encontro, dificultando bastante uma discussão política mais aprofundada.

Os pontos polêmicos foram a discussão sobre o caráter da crise que atravessa o país, onde se polarizou com as posições da CS, e o programa de governo, principal debilidade do documento base, que apenas abordava as diretrizes para sua elaboração (uma emenda baseada no texto do PT de Belo Horizonte, que poderia ter suprido esta lacuna foi rejeitada por estreita margem de votos). Vale lembrar que parte dos delegados já tinham participado de um encontro metropolitano, convocado pelo PT de Belo Horizonte, formalmente sem caráter deliberativo, para preparar o encontro estadual, que contou com a presença de 150 delegados.

Para a renovação do DR e a eleição dos delegados ao VI Encontro Nacional, a chapa Unidade socialista e revolucionária teve 85,4% dos votos e a chapa da CS. O Trabalho e Elcio Reis teve 14,6% (indicando 9 membros ao DR e 12 delegados ao encontro nacional). A Articulação elegeu 34 dos 60 membros eleitos do DR e 46 dos 80 delegados, a DS 7 membros do DR e 6 delegados e a VS 5 membros ao DR e 5 delegados. Antonio Carlos Pereira da Articulação foi reeleito presidente do partido, encabeçando uma executiva regional de 21 membros, onde a Articulação não tem uma maioria automática.

SP: o recuo da Articulação

O V Encontro Estadual reuniu-se em 20 e 21 de maio, com a presença de

1.135 delegados, para renovar o DR (que agora passa a ter 80 membros e eleger 153 delegados ao VI E.N. As discussões políticas foram travadas a partir do patamar definido pelo encontro da capital, realizado quinze dias antes (ver box), com a dureza que tem caracterizado os encontros em São Paulo.



Os mesmos três blocos do encontro da capital disputaram o Encontro Estadual, com documentos e chapas — a Articulação (que absorveu parte do MCR), a chapa Construção (VS, DS, a nova tendência encabeçada por Genoino, o grupo Força Socialista, em torno do deputado Ivan Valente, e vários grupos mais delimitados ou localizados) e a chapa PT de luta e de massa (O Trabalho, CS e LPS).

O documento base escolhido na tarde de sábado foi o da Articulação e a partir daí se iniciou o trabalho de discussão das emendas nos grupos, resultando em dezenas delas (a ampla maioria proposta pelas outras chapas) assimiladas ao texto base, que ganhou uma profunda inflexão à esquerda. (inclusive em questões habitualmente muito polêmicas, como a proporcionalidade

nas executivas e a aplicação da regulamentação do direito de tendência do V E.N.).

Aparentemente, a Articulação optou por só confrontar em plenário questões definidas como prioritárias: garantiu a não inclusão de uma emenda que retomava a tese 75 da resolução do V.E.N. (que afirmava a necessidade de uma ruptura revolucionária para viabilizar a aplicação integral do programa democrático e popular); e impediu a alteração do atual sistema de encontros de base e estaduais. O resultado global da discussão, notadamente no que diz respeito a parte de conjuntura e programa de governo e campanha Lula é bastante positivo. No que diz respeito a construção partidária ainda permanecem problemas sem solução, particularmente sobre os encontros.

Neste quadro de um encontro bastante polarizado entre a Articulação e a chapa Construção, a Articulação obteve 54,09% dos votos (614), elegeu 44 membros do DR, 8 membros da executiva e 83 delegados ao VI E.N.; a Construção obteve, 33,92% dos votos (385), elegeu 27 membros no DR, 5 membros da executiva e 52 delegados ao E.N.; e o PT de luta e de massas obteve 11,98% dos votos (136), 9 membros no D.R., 2 membros na executiva e 18 delegados ao E.N. Não houve nenhum voto nulo ou em branco. Este resultado configura um importante recuo da Articulação.

SÃO PAULO, CAPITAL: ARTICULAÇÃO TENSIONA ENCONTRO

O encontro da capital, realizado nos dias 6 e 7 de maio com a presença de 1.130 delegados tinha sido, inicialmente, convocado a partir da idéia de que era necessário elaborar uma proposta política mais desenvolvida para orientar a prefeitura petista. Na realidade, o encontro praticamente não discutiu as questões relativas à administração municipal (a exceção do problema do aumento da passagem de ônibus!) e transformou-se na culminância de um duro confronto entre a Articulação e o restante do partido.

No último Encontro Municipal, em julho de 1988 a Articulação somente obteve 48% do D.M. e teve que se defrontar com uma executiva muito equilibrada, onde as vezes ficava em minoria. O resultado eleitoral aprofundou o seu desgaste, já grande desde a escolha de Luiza Erundina como candidata.

A renovação do D.M., mais de um ano antes do prazo regular, foi decidida em janeiro e, desde então, a disputa interna praticamente paralisou o partido na cidade.

A regulamentação dos encontros aprovada pelo D.R. e que a Articulação tentou aplicar na capital, continha três "novidades". Em primeiro lugar, estabelecia um rígido calendário de pré-documentos, documentos, pré-chapas e chapas, que eram fechados quase um mês antes do encontro, dificultando a discussão política, congelando posições e impedindo recomposições.

Em segundo lugar, estabelecia a adoção de um texto base pelos diretórios pa-

ra os encontros respectivos, escolhido dentre os previamente apresentados, isto é, os apresentados pelas tendências, proibindo a votação a ele de emendas que permitissem construir posições que fossem a síntese das opiniões dos membros dos diretórios.

Em terceiro lugar, estabeleceu-se que o presidente do diretório seria automaticamente o cabeça da chapa mais votada, não importa sua votação. O presidente poderia ser eleito apenas por 20 ou 25% dos votantes, por exemplo. Essa norma fez com que a Articulação passasse, num passe de mágica, a deter 2/3 dos presidentes de diretórios zonais na capital (ao invés dos 50% anteriores, embora a correlação de forças não conhecesse uma alteração significativa).

Impugnações

Por fim, o aspecto mais lamentável de todo esse processo não foi nenhuma das "novidades", mas o recurso sistemático, em toda a preparação do encontro, à impugnações ou validações, pela executiva estadual, de delegados ao encontro municipal — numa situação equilibrada onde se avaliava que cada delegado poderia ser decisivo. Eram sempre medidas que anulavam deliberações de instâncias inferiores.

Encontros de núcleos de categoria e local de trabalho tiveram que se realizar seguindo o mesmo esquema dos encontros zonais (urna aberta das 9 às 17 horas) e os dois que não o fizeram fo-

ram impugnados pela executiva regional (decisão revista pelo Encontro Municipal). E, apoiando-se inclusive em parecer do secretário de organização da executiva nacional, definiu-se que os núcleos de estudantes não mais poderiam eleger delegados aos encontros do partido!

Foi neste quadro que se instalou o IV E.M. Ele iniciou-se com a disputa sobre o procedimento de eleição do presidente, na discussão do Regimento Interno: se era automaticamente o cabeça da chapa mais votada, neste caso Rui Falcão, da Articulação ou se o presidente seria escolhido pelo plenário dentre os membros do Diretório Municipal eleito e, neste caso, podendo-se compor em torno de outro nome (havia uma proposta inicial em torno do nome de Hélio Bicudo).

A Articulação abriu o encontro lançando um manifesto aos delegados, acusando os que propunham a eleição do presidente pelo plenário de querer instalar um "vale-tudo" no partido e fazendo acusações pessoais a Helio Bicudo. Na votação, a adesão da CS à proposta de R.I. da Articulação definiu o resultado da votação e viabilizou a escolha de Rui Falcão como presidente.

Ânimos acirrados

O texto base aprovado em seguida foi o da Articulação, confrontado com os das chapas Construção (VS, DS e

outros setores) e PT de luta e de massas (O Trabalho, CS e LPS). Começava o trabalho de discussão das emendas, num processo precário tanto pelas condições físicas do local como pelo estado de ânimo dos delegados, em sua grande maioria já completamente bloqueados ao diálogo político. Neste quadro, a chapa PT de luta e de massas, com uma intervenção em muitos casos artificialmente polarizadora e sectarizante, ganhou espaço e teve sua votação ampliada.

O resultado foi 50,6% dos votos para a Articulação, que tem 30 membros no novo D.M. e 7 na executiva, além de líder da bancada, 34,7% para a Construção (que elegeu 21 membros de um diretório de 61 e 5 para uma executiva de 15) e 14,7% para o PT de luta e de massas (elegeu 9 membros do D.M. e 2 para a executiva).

Entretanto, os problemas não terminaram com o encontro. Quase um mês depois, o Diretório Municipal de São Paulo ainda não tem executiva. Na primeira reunião para a escolha da executiva, a Articulação explicitou sua "reivindicação" de cargos: além da liderança de bancada e da presidência, as secretarias geral, de organização, de assuntos institucionais e sindical, a tesouraria e a coordenação da campanha de Lula. Argumentam que isso é a condição de "governabilidade" do partido na capital! A reunião estava empatada com 30 a 30 votos e foi adiada na expectativa de que o ausente, Helio Bicudo, possa desempatar numa próxima reunião.



Um programa contra a barbárie capitalista

Um roteiro de propostas para o PT assumir a ofensiva ideológica e política na luta por reformas urgentes e estruturais na ordem econômica vigente.

O capitalismo no Brasil foi capaz de elevar o país à condição de nona economia do planeta e sétima potência industrial do mundo burguês. Há trinta anos atrás, o Produto Interno Bruto girava em torno a 20 bilhões de dólares; em 1988, ele foi de 358 bilhões de dólares.

No entanto, o sistema capitalista no Brasil é igualmente responsável pela criação de uma situação de injustiça e calamidade social das mais odiosas e intoleráveis que existem no mundo:

— de acordo com o IBGE, 1% da população mais rica usufrui da renda equivalente a dos 50% mais pobres da população;

— segundo o próprio governo, mais de 90 milhões de brasileiros vivem em um permanente déficit alimentar e 55% das crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição;

— 70 em cada mil crianças brasileiras, morrem antes de completar um ano; dos quatro milhões de brasileiros que nascem anualmente, 350 mil morrem antes de completar cinco anos de idade;

— há hoje no país sete milhões de chagásicos, 5 milhões de portadores de esquistossomose e cerca de 500 mil leprosos; doenças endêmicas como a malária, o dengue, a febre amarela vêm crescendo assustadoramente na última década;

— o analfabetismo cresceu nos últimos anos e hoje atinge 30 milhões de pessoas; fora as 4 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, que estão longe dos bancos escolares por falta de vagas, calcula-se que haja mais 4 milhões forçados a abandonar os estudos; menos de 20% da população de 15 a 19 anos está matriculado no 2º grau;

— metade da população economicamente ativa não tem acesso a emprego regular e acesso aos direitos da previdência social.

— calcula-se que há hoje no país 10 milhões de famílias sem casa para morar ou morando em condições subumanas.

Impasse capitalista

Durante a década de 70, os ideólogos do capitalismo brasileiro defendiam a validade deste sistema apontando o seu dinamismo, a sua capacidade de multiplicar as riquezas e fazer crescer a economia.

A década de 80 destruiu este mito. Desde 1945 até o final dos anos 70, a economia brasileira cresceu em média 7% ao ano. Nos últimos oito anos, a taxa média de crescimento anual da economia caiu para 2,39% e deve cair mais ainda até o final da década. Isto significa que a renda per capita está estagnada ou em recuo nesta década.



90 milhões de brasileiros vivem em permanente déficit alimentar

Somos um país dependente, da periferia capitalista, que por definição sofre de carência de capitais para estimular o seu crescimento. No período entre 1981 e 1989, enviamos ao exterior, principalmente sob a forma de pagamento de juros da dívida, 123 bilhões de dólares. Apesar disso, chegamos ao final da década carregando o peso brutal da maior dívida externa do planeta.

Para pagar os juros da dívida externa, o setor dinâmico da economia passou a ser cada vez mais o exportador, alimentado por uma série de subsídios, isenções fiscais e instrumentos de política econômica. Isto é, em um país onde a grande massa das pessoas não têm sequer uma alimentação suficiente, a compressão do mercado interno combina-se com a ênfase no esforço para exportar cada vez mais. A participação dos salários no PIB que era de 40% na década de 70 (já então reduzida brutalmente e em consequência do arrocho salarial imposto pela ditadura militar) hoje está em torno de 35%.

O Estado assumiu a maior parte do pagamento da dívida externa desde o início da década, estimulou o crescimento de uma explosiva dívida pública reproduzida continuamente de forma especulativa, reduziu os impostos em favor dos capitais, caminhou para um colapso financeiro estrutural.

Enquanto os investimentos na produção caem, formou-se uma formidável ciranda especulativa — nos títulos públicos, nas ações, no dólar paralelo — em que o grande capital defende e eleva seus lucros. Calcula-se que existem hoje cerca de 70 a 90 bilhões de dólares nas mãos dos capitalistas girando na especulação.

E o sistema financeiro, completamente desvirtuado de qualquer função de canalizar de recursos para a produção, aumenta escandalosamente o seu patrimônio. Hoje, receitas operacionais dos bancos equivalem a cerca de 25% do PIB contra 10% na década de 70.

Administrar a crise?

A barbárie não é um subproduto descartável do capitalismo brasileiro. É a sua própria forma de ser: não teria havido tal expansão capitalista aqui sem a produção dos super-lucros, conseguido apenas à custa do aviltamento brutal do preço da força de trabalho e do completo aprisionamento da máquina estatal à lógica da acumulação.

O dinamismo tardio da economia brasileira no pós 64, no momento em que o capitalismo internacional mergulhava na onda longa depressiva em que se encontra até hoje, só pode ser explicado porque aqui foram criadas oportunidades extraordinárias para a valorização do capital.

O impasse atual está intimamente ligado aos movimentos mais profundos do capital a nível internacional. Não é por acaso que a crise atinge de maneira brutal toda a periferia capitalista. O movimento do capital na década de 80 foi da periferia para o centro através do mecanismo da dívida externa. Acumulou-se nestes últimos anos uma notável defasagem tecnológica entre o centro e a periferia. A dinâmica capitalista no final do milênio reproduz de forma brutal a dependência financeira e tecnológica da periferia ao centro.

A política econômica da “Nova República” é apenas aparentemente irracional do ponto de vista burguês. Ela é simplesmente a forma possível de gestão de uma economia capitalista periférica, limitada em sua capacidade de expansão, de forma a preservar a mais alta lucratividade dos vários ramos do grande capital.

Por isso, é ideologicamente funesta, politicamente inconsequente e tecnicamente inviável qualquer pretensão de administrar a crise nos marcos da ordem capitalista atual, mesmo que esta pretensão venha acompanhada de pretensas promessas de eficiência na gestão do Estado, de sonhos distributivistas, de correção das “distorções” do capitalismo brasileiro.

Um novo modelo econômico

O governo democrático e popular deve afirmar claramente que contra a barbárie capitalista vai implantar um novo modelo econômico voltado para o atendimento das necessidades da maioria da população.

Em primeiro lugar, a economia brasileira deve romper a corrente da dívida externa que a mantém atrelada ao dinamismo da economia capitalista internacional em crise.

Em segundo lugar, todos os instrumentos de intervenção econômica do Estado — a política salarial, os financiamentos e subsídios, a política fiscal devem estar voltados para garantir uma profunda distribuição da renda. Contra os interesses corporativos dos “lobbies” empresariais e a corrupção, oporemos a administração democrática, transparente e eficiente do ponto de vista da maioria da população.

Em terceiro lugar, para garantir que os investimentos ocorram e sejam canalizados para as atividades socialmente prioritárias, o sistema financeiro em seu conjunto deve ser progressivamente estatizado e colocado sob controle social.

Em quarto lugar, a estrutura industrial e agrária deve ser profundamente reformada no sentido da produção em massa de bens de consumo popular (alimentos, vestuário, produtos industriais de uso doméstico etc) e de prioridade social (habitação, transporte coletivo).

Em quinto lugar, o Estado, deve recuperar e ampliar a sua capacidade de investimentos sociais, de tal modo a ser capaz de oferecer educação, saúde e direitos previdenciários dignos para todos.

Dez compromissos do governo democrático-popular



A partir do VI Encontro, o PT entra em cheio na campanha eleitoral. A concepção petista de campanha eleitoral requer informações e debates que abram os olhos do povo e o ajude a encontrar o caminho para fazer valer a sua vontade. Isto quer dizer que o militante petista não é um cabo eleitoral no estilo dos corruptos partidos burgueses. Devemos ser, cada um e cada uma, os novos tribunos do povo, os incansáveis organizadores do povo.

As medidas indicadas podem ser classificadas em dois grupos intimamente ligados um ao outro. Primeiro, as providências para limpar o terreno e aliviar os tremendos sofrimentos e privações impostos ao povo — é o programa de emergência. Em seguida, as medidas vitais para começar a organizar a vida nova — são as mudanças de estrutura na economia. Não são esquemas separados. As transformações da estrutura partem e se apoiam no programa de emergência.

1 — Acabar com a fome neste país tão rico

De saída, sem muita conversa, medidas enérgicas para acabar com a fome e a desnutrição: dobrar de estalo o salário mínimo e congelar os preços dos artigos de primeira necessidade.

Não se precisa mais de comissões de estudos, nem cabem mais discursivas para botar logo um prato de comida na mesa da maioria esmagadora da população brasileira. Os grandes comerciantes, industriais e banqueiros vão chiar e esbravejar. Mas eles já ganharam muito dinheiro com a inflação, a especulação, a sonogação de estoques e todos os truques para espremer o povo até o último centavo.

A política salarial, a partir daí, será a de ir aumentando e aumentando o salário mínimo, até atingir o montante calculado pelo DIEESE no máximo até o fim do mandato do Lula. Em abril, este montante era de 558 cruzados novos.

O congelamento dos preços dos principais alimentos também não deverá ser medida isolada. Será o primeiro aviso de uma nova política econômica voltada para o incentivo à produção agrícola e industrial de gêneros e artigos de primeira necessidade. Produzir para o povo comer e vestir-se e não priorizar a produção para exportar e fazer dólares para pagar juros da dívida externa.

Será necessário estabelecer uma no-

va prioridade, fazendo maciços investimentos em programas de alimentação básica nas creches, escolas, refeitórios públicos, etc.

2 — Estancar a sangria da dívida externa

Em matéria de dívida externa, uma sangria desatada, nosso programa consiste em parar de pagar, primeiro, para discutir, depois. Em seguida (ou ao mesmo tempo) rasgar todos os acordos com o FMI. Num governo petista quem manda é o povo brasileiro e não os banqueiros internacionais.

Não temos a menor dúvida que a dívida já foi paga mais de uma vez. Sabemos muito bem que a dívida é ilegítima, expressão de um roubo sistemático e continuado. Tudo isto diz que é preciso anular a dívida. Não pagar o que não devemos. Mas é preciso, acima de tudo, que a grande massa do povo veja isto com muita clareza. Não queremos e não devemos pensar e agir pelo povo. Então, é preciso tomar medidas que ponham toda a informação necessária na rua, além da suspensão imediata do chamado "serviço da dívida". Por exemplo:

— Abertura de uma auditoria, com representação internacional, para averiguar a origem da dívida. Quem emprestou, quem recebeu o empréstimo, que condições foram impostas, quem embolsou comissões e quanto. Uma



Os gêneros de primeira necessidade devem ter seus preços congelados

auditoria dessas tem que ser pública, aberta, com sindicatos, organizações populares, Ordem dos Advogados, Defesa da Amazônia e outras entidades conferindo, controlado.

— Com tais dados, vamos tratar logo numa conferência internacional dos países "devedores", para combinar medidas conjuntas contra os sanguessugas do capital financeiro internacional.

A decisão final será do povo que se pronunciará num plebiscito sobre o não pagamento da dívida.

3 — Acabar mesmo com a corrupção e as mordomias

Na ditadura militar a sanguinária repressão acobertava uma corrupção desenfreada. Essa impunidade continuou no período Sarney, esticado para cinco anos.

Essa ladroeira precisa acabar. Os ladrões devem ser punidos. Esse dinheiro tem que ser recuperado, pois é nosso. Todos os escândalos do governo Sarney devem ser investigados por uma comissão formada pela OAB, com punição exemplar dos culpados.

Outra medida imediata deverá ser a abertura de todas as contas do governo, revisão das concorrências, da contabilidade das estatais e dos ministérios para a mais ampla fiscalização a cargo de uma comissão multipartidária eleita pelo Congresso.

Sem perda de tempo, um fim definitivo ao empreguismo dos burocratas e parasitas do serviço público, através dos múltiplos empregos públicos. Cursos públicos de verdade, sérios e honestos, para todas as contratações. Reforma administrativa com a colaboração do sindicato do funcionalismo autêntico, o que trabalha, não os fantasmas.

Corte radical nas mordomias, acabando com a vida principesca dos burocratas — as mansões, os carros oficiais, as verbas extras de viagens e representação, a dispensa nababesca a custa dos cofres públicos.

O teto da remuneração no serviço público deve ser dez salários mínimos. Será bastante, pois de saída o salário mínimo deverá ser dobrado.

4 — Acabar com a especulação

Parte importante do que o povo brasileiro produz vai para as burras dos banqueiros estrangeiros e das multinacionais. Só de juros, um bilhão de dólares por mês. Em cima disso a remessa de lucros. Além disso, o "repatriamento" do capital investido. E mais o que não aparece, como os truques do subfaturamento, as comissões depositadas em contas numeradas na Suíça e ainda a célebre caixa dois.

Em consequência falta dinheiro para pagar o funcionalismo, manter escolas e hospitais, conservar estradas, etc. O governo tem que gastar um mínimo. Precisa de dinheiro. Então toma emprestado dos capitalistas. Assim se formou a chamada dívida pública, isto é, um endividamento a ser pago pelo povo. Daí os papéis do governo, pagando juros altíssimos. O empregador capitalista cobra juros até por uma noite. Em inglês se diz "over night", isto é, "passar a noite". Botar dinheiro no "over" rende mais para o capitalista do que investir na produção. O burguês ganha sem mover um dedo, o trabalhador perde o emprego.

Portanto, teremos que mudar as condições de resgate dos títulos da dívida pública. Vamos acabar com o mercado paralelo de divisas e de ouro. Um controle do câmbio para valer, uma forte redução e um tabelamento implacável dos juros serão indispensáveis.

Tudo isso exige um sério controle dos bancos, o que leva à estatização. Quanto mais eles resistirem à fiscaliza-

ção, mais urgente se tornará a estatização.

5 — Efetivo controle da inflação

Quando falamos em controle da inflação, apesar das palavras serem as mesmas, não estamos dizendo a mesma coisa que os partidos burgueses e seus economistas embromadores.

A inflação é um imposto disfarçado arrancado aos trabalhadores e extorquido das camadas médias da população. A grande burguesia quer controlar a inflação para que ela não passe de certos limites e se torne perigosa. Mas quando o PT fala em controlar a inflação é para reverter o quadro, para libertar os trabalhadores daquele imposto disfarçado em vida cara e salários baixos e fazer os ricos pagarem o preço da inflação que eles mesmos fizeram.

Por isto, a primeira medida antiinflacionária é o congelamento dos gêneros de primeira necessidade.

Nessa ordem de medidas têm que entrar um rígido controle dos preços praticados pelo grande capital. As comissões de preços e a Sunab tem que ser completamente reorganizadas com a participação e o controle das organizações populares e sindicais, passando as alavancas do controle de preços e da defesa do consumidor cada vez mais para as mãos do povo e dos técnicos e economistas merecedores de sua confiança.

Devassas fiscais das grandes empresas e redes de supermercados que desrespeitarem as tabelas, das indústrias que fraudarem os produtos no peso, no volume e na qualidade, que trocarem os rótulos para aumentar preços.

6 — Saúde para os brasileiros

Os governos burgueses cortam verbas de saúde. Uma administração petista deverá promover investimento maciço na saúde do povo, na expansão da assistência médica gratuita, na recuperação dos hospitais em crise por falta de verba e de equipamentos e na construção de novos hospitais. É evidente a necessidade de ampla estatização do setor saúde. A doença do povo não pode ser objeto de negócio, gente não é mercadoria.

São necessários programas de controle e erradicação de endemias. Faz falta um programa especial de luta contra a mortalidade infantil até acabar com as taxas brutais que nos enver-

gonham e sacrificam nossos filhos. A população brasileira deve contar com um eficiente programa de assistência dentária.

A política de controle e prevenção de acidentes do trabalho, a começar pelo controle operário das CIPAs, é uma

do país e não para as multinacionais. — Programa de produção a preço fortemente subsidiado do material escolar e sua melhora de qualidade, incluindo o livro didático e paradidático, a serem colocados à disposição do povo a preço simbólico.

9 — Combate frontal ao desemprego

É preciso proteger os trabalhadores contra a rotatividade e as demissões arbitrárias: estabilidade após três meses de experiência, ampliação da cobertura do seguro desemprego; redução da jornada de trabalho e salário igual para trabalho igual, impedindo a superexploração de menores e mulheres; onde os índices de desemprego forem mais elevados será preciso abrir frentes de trabalho.

A principal medida contra o desemprego será a recuperação do crescimento da economia a taxas satisfatórias.

10 — Reforma agrária

Um dos maiores escândalos da "Nova República" foi ter barrado a reforma agrária na nova constituição. Milhões de trabalhadores rurais sem terra, um número crescente de posseiros já expulsos ou sob ameaça permanente de expulsão da terra que trabalham, rendeiros, meeiros e parceiros submetidos a uma exploração crescente, pequenos e médios agricultores sufocados pelas dívidas a juros extorsivos ameaçados de perder suas terras — toda uma imensa legião de produtores rurais estão sendo privados de seus direitos.

Esta situação exige uma urgente reforma da constituição que não pode banir a reforma agrária. A grande propriedade fundiária não pode ser protegida contra a desapropriação a pretexto de ser "produtiva". Acima da propriedade territorial está o direito à vida de milhões de brasileiros.

A lei deverá proteger posseiros, parceiros, pequenos e médios agricultores contra a ganância e o banditismo do latifúndio. Puniremos os assassinos e seus mandantes, destruiremos seus arsenais, destrocaremos os bandos armados de matadores profissionais.

O governo petista impedirá sem contemplação a estocagem especulativa de terras à espera de valorização: proibirá a posse de grandes extensões de terras e florestas pelas multinacionais que entram no país como produtoras industriais.

Voltará a existir e funcionar o Ministério da Reforma Agrária com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (MST e STR).

A luta pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores será articulada firmemente com a defesa dos pequenos e médios produtores rurais através de uma política de preços e créditos, assistência técnica e transporte barato, contra latifundiários, intermediários e atravessadores de toda ordem.



Toda a prioridade deve ser dada à construção de conjuntos habitacionais

frete vital da luta da classe operária. Acabar com a economia dos patrões à custa da saúde e da vida dos trabalhadores.

O Brasil tem que deixar de ser o recordista mundial de acidentes do trabalho.

7 — Educação para todos

É preciso montar com urgência um sistema de medidas suficientes para acabar com o quadro atual dos privilégios educacionais para os ricos e um ensino ruim e caro para o povo, escasso e de má qualidade. Está na hora dum basta à exploração comercial das necessidades educacionais do povo brasileiro. Estão em primeiro plano:

— Programa de alfabetização em massa. Meta inicial: reduzir à metade o número dos que não sabem ler, contar e escrever.

— Programa de recuperação e construção de novas escolas, formação e valorização social do professor (a) primário (a), de modo a cobrir o déficit de quatro milhões de vagas hoje existente.

— Ampla debate democrático para encaminhar uma reforma do ensino no 2º grau e da Universidade, adaptando-os aos interesses e necessidades do país. Sistema de bolsas para estudantes pobres e incentivo à formação de pesquisadores e cientistas nacionais a serviço

8 — Habitação digna para todos

O dramático problema da habitação que assola o país coloca na ordem do dia uma profunda reforma urbana que acabe de uma vez por todas com a praga da especulação imobiliária — um dos aspectos mais selvagens da exploração capitalista. Antes disso, porém, é preciso adotar algumas medidas de emergência:

— Congelamento seletivo dos aluguéis, bloqueando as elevações arbitrárias e exageradas das locações pelos grandes proprietários de imóveis. Compensações e facilidades fiscais para os pequenos locadores.

— Reformulação e reorganização do sistema financeiro da habitação que devem funcionar em benefício da população e não para aumentar os lucros das empresas de construção civil e dos grandes bancos. Um programa controlado pelas organizações populares para construir moradias dignas a baixo custo e promover o saneamento básico.

— Imposto fortemente progressivo sobre terrenos estocados para especulação.

— Vencido um prazo estabelecido para o aproveitamento dos terrenos, nos centros populosos, desapropriação pagável em títulos da dívida urbana resgatáveis no prazo de 30 anos.



A pilhagem do Estado

A mão gananciosa e fraudulenta do grande capital está por detrás do colapso financeiro do Estado no Brasil.

As classes dominantes brasileiras carregam o fardo pesado da calamidade social a que conduziram o país. Vêm a sua tese de eficiência econômica do sistema abertamente contestada pelos fatos. Optam, então, com o dedo em riste, por fugir para a frente: acusam a estrutura inchada de gastos do Estado, a sua ineficiência crônica, como responsável pelos impasses do país. A saída, dizem, está no corte dos gastos públicos, no apelo decidido às forças do mercado e na privatização das estatais, na maior abertura de economia ao capital externo.

Este liberalismo requeitado e andrajoso de quem sempre se escondeu no colo do Estado para praticar uma espécie de capitalismo sem riscos, é além do mais absurdo. Parece-se com a estória do assaltante que aliciou o vizinho, ocupou a casa, pilhou a dispensa, arrombou o cofre, pôs fogo nos móveis e, depois, publica um artigo solene no jornal acusando-o de imprevidência e má administração do imóvel.

Um diagnóstico assustador

A palavra colapso já é de uso corrente quando se fala do Estado brasileiro.

Hoje, o setor público é responsável por 90% da dívida externa bruta do país, de 112 bilhões de dólares. É sobre o Estado que cai, portanto, o fundamental do pagamento dos juros da dívida. Como o governo não emite dólares, marcos ou libras esterlinas, para pagar os juros ele precisa comprar dólares obtidos pelo setor privado através das exportações. E faz isso emitindo títulos públicos.

A relação entre o endividamento do Estado por lançamento de títulos públicos — a chamada dívida mobiliária — e o PIB cresceu assustadoramente: era de 6% em 1980; no ano passado, chegou a 20,9%. Parece um pesadelo: a cada ano, mais e mais títulos têm de ser lançados para rolar a dívida de curto prazo; os juros aumentam, assim como o deságio (abatimento sobre o valor nominal dos títulos) que os bancos cobram para aceitar os títulos do governo.

A simples rolagem das dívidas externa e interna têm um efeito devastador sobre as contas do Estado. Aí começa a inflação.

O Estado praticamente perdeu a sua capacidade de investimento. A poupança do setor público que era da ordem de 6% do PIB entre os anos 50 e 70, hoje é nula. Daí a carência de investimentos, por exemplo, no setor energético, na conservação de estradas.

O Sistema Financeiro de Habitação tem hoje um rombo estimado conservadoramente em 26 bilhões de cruzados novos.

A grande massa do funcionalismo público é colocada de forma permanente sob a pressão do arrocho salarial. O corte nos gastos públicos atinge até setores essenciais como o ministério

da Saúde. Por exemplo: enquanto crescem as doenças endêmicas (malária, febre amarela, doença de Chagas, a dengue, a esquistossomose), a Superintendência de Campanhas Públicas do Ministério da Saúde (Sucam) sofre o risco de perder treze mil dos seus 38 mil funcionários por causa da compressão de gastos prevista pelo Plano Verão. Um estudo de 1980 estimava a necessidade de 50.610 funcionários para o órgão em todo o país.

O caso da Previdência Social é típico. As despesas com benefícios em 1988, de acordo com estimativas feitas pela revista *Exame* de maio, caíram 41% em termos reais em relação a 1985.

A captura do Estado

Enquanto isso, o meliante que pilhou a casa do vizinho está cada vez mais gordo e passa muito bem.

A análise de 73 balanços anuais de empresas de capital aberto, feita pela Mellinger e Almeida Prado Consultores Associados, mostra uma evolução média do lucro líquido de nada menos que 99,4% acima da variação do dólar em 1988. E, apesar da recessão, a lucratividade tende a aumentar mais ainda este ano.

Como explicar estes lucros fabulosos? É simples: está havendo uma brutal transferência de renda do Estado para os setores privados através da especulação com os títulos da dívida pública. O quadro ao lado, extraído da revista *Exame* de 17 de maio de 1989, mostra o investimento de alguns grandes grupos capitalistas no "over-night".

Os canais dourados que, saindo do Estado, irrigam os bolsos dos empresários são tão generosos quanto numerosos.

Por exemplo, vendendo o aço fabricado pelas estatais (CSN, Cosipa, Usiminas) a um preço vil para as empresas privadas, em especial as automobilísticas. Nos últimos dez anos a própria Siderbrás, segundo a *Gazeta Mercantil* de 10 de maio de 1989, avalia que estas três siderúrgicas foram sugadas em 17 bilhões de dólares!

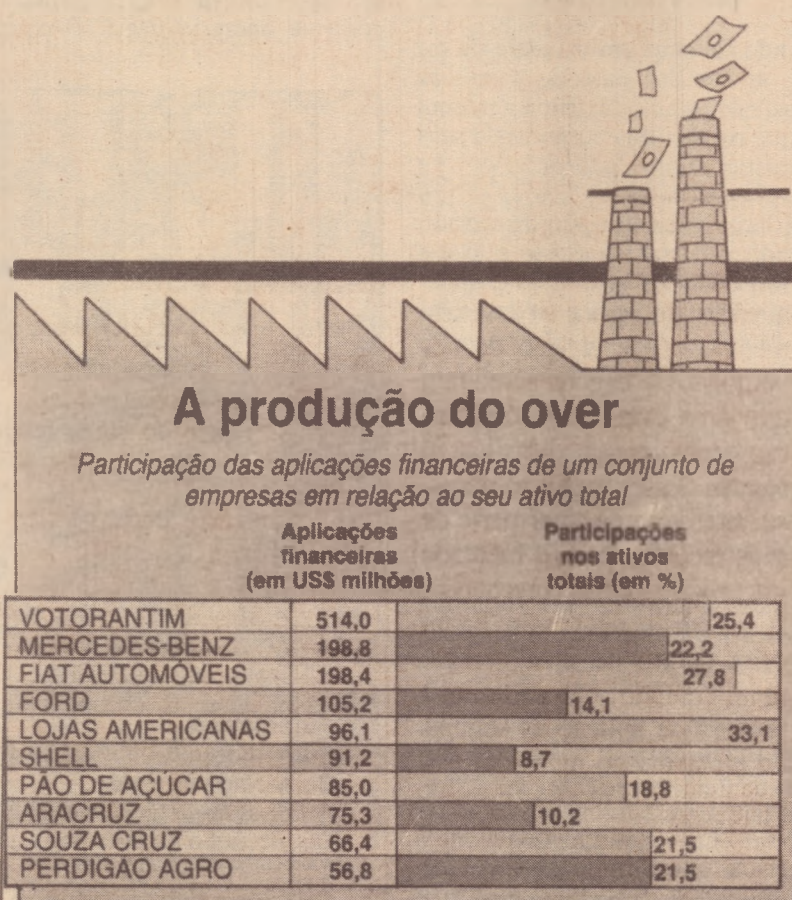
Ou ainda reduzindo os impostos pagos pelas empresas. A tendência da tributação favorece os capitalistas em três níveis:

— O total arrecadado (impostos diretos e indiretos) está caindo: era de 26% do PIB em 1970 e hoje é de 22%;

— os impostos indiretos (que são em geral repassados pelas empresas aos preços finais dos produtos e, portanto, são pagos pelos consumidores) equivalem a cerca da metade dos impostos;

— apenas uma pequena parte dos impostos diretos — imposto sobre a renda — é pago pelas empresas: a grande mordida do Leão cai sobre os assalariados.

Há ainda, os inúmeros mecanismos abertamente ilegais postos em prática



Antônio Ermirio de Moraes, dono da Votorantim, puxa a corrida para o over.

por setores ponderáveis do capital, para os quais o governo faz vista grossa: metade do ouro produzido no Brasil é comercializada clandestinamente, a sonegação dos impostos e tarifas devidas ao INPS é generalizada, o mercado do dólar paralelo cresce sem parar...

Tema especialmente importante é a fuga de capitais, mais além das facilidades embutidas na generosa Lei de Remessas de Lucros hoje vigente no País. A mais recente estimativa feita pelo professor Rudiger Dornbusch, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), indica um brutal aumento da fuga de capitais de cerca de 100% em 1986 e 1987. Para este ano, prevê-se que a fuga de capitais ficará em torno de dez bilhões de dólares, praticamente a soma que pagaremos de juros da dívida.

A corrupção

O desdobramento no plano "ético" do liberalismo de fachada é a cruzada santa contra os marajás e a corrupção.

Ora, é preciso esclarecer três pontos fundamentais sobre a corrupção.

Em primeiro lugar, o grosso da transferência de renda do Estado para os setores privados do capital é feita, como vimos, principalmente de forma institucionalizada, legalizada e aberta. A grande corrupção, a que veste smoking e bebe do melhor uísque, está instalada no coração do Estado.

Em segundo lugar: se há corruptos, é preciso haver corruptores. Quem cor-

rompe? Quem é favorecido pelo pagamento da comissão, pela concorrência fraudada, pelo financiamento que vai para o over?

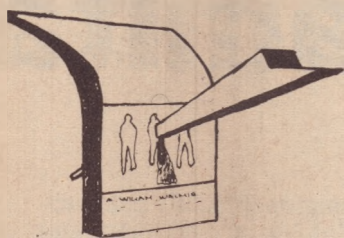
Em terceiro lugar: os corruptos, os apadrinhados, os marajás, os funcionários fantasmas quem são senão peças no jogo escuso da privatização do Estado?

Controle social

Toda esta realidade torna claro que a candidatura Lula e seu eventual governo enfrentarão uma oposição radical e aberta do conjunto das classes dominantes deste país. Esta reação dos capitalistas jamais será atenuada por qualquer tentativa de concessões conciliadoras de rebaixamento e mediocridade do programa de reformas econômicas e sociais.

A tensão política que resultará de uma vitória de Lula nas eleições por si só já deve determinar uma fuga dos investidores na sustentação dos títulos governamentais, uma corrida pelos ativos especulativos em geral e por dólar em particular, com a consequente ampliação da taxa de juros e a provável detonação de uma hiperinflação.

O grande capital usará o seu poder econômico para defender suas posições e privilégios. Contra ele, o governo democrático e popular terá apenas a arma da democracia, reorganização e da ampliação da intervenção do Estado, do controle social apoiado na mobilização dos trabalhadores e da sociedade.



As três rupturas

Democracia no país, na cidade e na usina: as reivindicações dos metalúrgicos já incluem elementos de controle operário da CSN

A concentração da 50 reivindicações da pauta completa em pouco mais de uma dezena na pauta de emergência traduz toda uma nova concepção de luta. A pauta de emergência é o programa comum de todos os sindicatos locais, irradiando influência para os municípios vizinhos. Dadas as diferenças de nível e de experiência de luta, é preciso dar tempo à consolidação da nova frente sindical.

Os metalúrgicos assumem uma liderança regional. Volta Redonda é um novo pólo operário dirigente no país. A solidariedade recebida do Brasil inteiro foi valorizada como expressão de um mandato. Volta Redonda tem consciência do papel que representa no plano nacional. E leva à prática uma conhecida indicação do movimento operário moderno, seguindo a qual a militância avançada coloca os interesses do conjunto da classe acima dos objetivos parciais e vantagens locais e profissionais.

Aprendizado

Uma das análises mais penetrantes de tão rica experiência até aqui acumulada começa a circular com o título de "teoria das três rupturas". Em resumo é o seguinte:

1a. — Volta Redonda é uma cidade artificial, construída em torno da CSN, em regime paternalista: participação nos lucros, casas para morar, salários acima da média nacional. A partir do "milagre econômico" da época Medici-Delfim, surge a primeira oposição sindical. Em 80, ela perde no tapetão. Conquista o sindicato em 83. A primeira greve é em 84, quando cai a máscara de "mãe" da usina.

2a. — A politização dos trabalhadores é agredida com uma campanha contra as lideranças: "são bons no sindicato, mas não têm cultura, nem experiência política, nem conhecimento administrativo". Não pegou. Os trabalhadores elegeram vários dirigentes sindicais.

3a. — Mais ampla ainda foi a ruptura da massa da população com a CSN, que sempre

dominou a vida inteira da cidade. O povo elegeu o presidente do Sindicato, Juarez Antunes, e levou para a Câmara Municipal homens como Vanderlei Barcelos e Isaque Fonseca. A população aceita a liderança metalúrgica. O boletim diário é sua mídia preferida: "com uma notinha no Boletim, a prefeitura toma providências".

Destaque especial para um último ponto: a aliança do Sindicato dos Metalúrgicos com o Sindicato dos Engenheiros. De mãos dadas no mesmo combate social e político, operários e técnicos de nível universitário, trabalhadores e intelectuais. Os engenheiros, além de sua significação técnica e funcional, representam também um elo influente com



Os direitos de quem trabalha

Metalúrgicos e engenheiros

A pauta de emergência educa e forma os trabalhadores, combinando as reivindicações imediatas e elementares com exigências de alcance nacional, incluindo até elementos de controle operário da Usina, como a Comissão Mista para reformular a produção da CSN.

as camadas médias da população, as quais dependem vitalmente da Usina e reconhecem nos trabalhadores a única defesa eficaz da CSN.

Esta experiência pode até não ser nova. Mas não há, no Brasil, exemplo de maior nitidez e tão fortemente vincado, demonstrando tão profunda identificação entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais.

É a terceira lição a recolher em Volta Redonda.

Opinião



Vanderlei Barcelos

Os trabalhadores de Volta Redonda se encontram com uma responsabilidade muito grande sobre os ombros: não podemos errar.

Ocupando uma situação de ponta no movimento sindical brasileiro, um erro nosso, se ocorresse, comprometeria a construção da CUT, teria influência negativa no processo de acumulação de experiência e tomada de consciência de classe dos trabalhadores. Tudo isto seria prejudicado ao avanço político que a classe operária está liderando. A noção desta responsabilidade nos ensina a pensar nossos problemas e reivindicações como parte do grande conjunto e não como isolada e à parte. É claro que não estamos vacinados contra erros. Mas é mais claro ainda, que com esta visão, reduzimos de muito as possibilidades de erro.

Esta situação não se formou por acaso. Resultou da combinação de muitos fatores e da interferência de nossa luta de grande concentração operária fundamental. E se agravou com a política de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional adotada pelo governo Sarney. Através da Siderbrás são negadas verbas para investimento na empresa e é adotada uma política de "produção a qualquer custo" que sacrifica os trabalhadores e sucateia os equipamentos.

Simultaneamente, essa política precisa de uma ação repressiva contra a "prepotência dos operários" que adquiriram uma forte consciência de classe e, ainda por cima, está contagiando a população. Privatização e repressão são duas faces da mesma política. É daí que vem a violência.

É nestas circunstâncias que os operários de Volta Redonda enfrentam mais uma campanha salarial. A política antioperária e antidemocrática da "Nova República" está

retratada nestes dois fatos:

— o atentado à bomba ao Memorial Nove de Novembro é a violência de classe contra a organização independente dos trabalhadores;

— a explosão no alto forno nº 3, com dois trabalhadores atingidos mortalmente é a violência contra os metalúrgicos vigilantes em defesa do patrimônio nacional, pois a CSN pertence ao povo brasileiro.

Tudo isto se combina com a campanha de calúnias contra o "grevismo".

A pauta de Emergência, aprovada por unanimidade na assembléia de 11 de maio, confirma a maturidade dos metalúrgicos de Volta Redonda. Dos 50 itens de nossa pauta de reivindicações, escolhemos 10, de modo a combiar os interesses gerais do movimento sindical com as nossas reivindicações específicas. Destaques especiais cabem a estas duas reivindicações: a **reposição salarial** (não é aumento) que denuncia o roubo de que somos vítimas e acusa diretamente o governo Sarney e a **comissão mista** com participação operária para discutir e reformar o plano de metas da CSN. A isto se liga diretamente a eleição integral da CIPA pelos trabalhadores e a exigência de substituição da atual direção da empresa que não merece nossa confiança.

Neste momento, não vamos fazer greve. Temos organização para paralisar a fábrica quando os trabalhadores o desejarem. Mas queremos que a população de Volta Redonda e todo o povo brasileiro conheçam os motivos e os objetivos pelos quais lutamos. Desse modo, nossa luta garantirá direitos e conquistas e, ao mesmo tempo, vai desmascarar e isolar os que choramingam contra a combatividade operária em nome da "democracia" mas, de fato, estão defendendo inconfessáveis interesses patronais.

XVI - A revolução vietnamita

2ª parte

Após a grande derrota de 1945, começava a resistência do povo vietnamita que seria vitoriosa apenas trinta anos depois.

Foi um dos momentos mais altos da solidariedade internacional. Vozes em todo o mundo levantaram-se contra o arsenal de barbárie — bombardeios, napalms, massacres de civis — colocada em ação pelo governo Nixon.

Caía o mito da invencibilidade do Exército americano. A desmoralização, o repúdio internacional, o trauma na consciência dos cidadãos norte-americanos impôs dificuldades até hoje não superadas para a ação militar direta do imperialismo no "terceiro-mundo".

As grandes cidades tinham caído sob o domínio das tropas coloniais francesas. Os revolucionários eram perseguidos, presos e assassinados. O Viet Minh foi então obrigado a emigrar para os campos para organizar a resistência guerrilheira. Começava assim a "guerra prolongada".

O fetichismo pragmático, baseado na visão de "quem vence é quem tem razão", esquece de explicar que a estratégia da "guerra prolongada", tanto na China, após Xangai e Cantão, como no Vietnam, foi seguida apenas após derrotas profundas nas cidades, onde foram massacrados milhares de trabalhadores, devido a orientações políticas equivocadas.

Quando começa a resistência, o PCV faz uma avaliação da situação e verifica que o balanço de forças lhe é muito desfavorável para enfrentar uma guerra contra o imperialismo francês.

Considerava-se então que só era possível a vitória da revolução com uma crise revolucionária também na metrópole. A perspectiva de uma crise revolucionária combinada era, contudo, difícil. A URSS e o PCF viviam, então, uma fase de "conciliação mundial" com os seus aliados da segunda guerra. O PCF, inclusive, estava participando do governo metropolitano, o primeiro governo do general De Gaulle. Maurice Thorez, secretário geral do PCF, era um dos ministros desse governo colonialista. Enquanto as tropas coloniais francesas oprimiam e massacravam o povo vietnamita, o PCF levava adiante uma política de união nacional com sua burguesia imperialista, que considerava, nesse momento, como democrática.

A URSS teimou em desconhecer o governo revolucionário do Vietnam, a República Democrática do Vietnam, até meses após a vitória da Revolução Chinesa. Só essa orientação traidora do estalinismo mundial é que explica o fato do PCF não ter tido, até 1950, nenhuma política de solidariedade com a revolução vietnamita. Na França, nes-

se momento, apenas os marxistas-revolucionários é que mantinham acesa a política de solidariedade.

Partindo da análise da realidade objetiva, o PCV considera que a tática de resistência deveria ser a "guerra revolucionária prolongada", e que essa só poderia ser eficaz, se se fizesse com todo o povo. Essa política tinha três momentos precisos: defensivo, de equilíbrio de forças e de contra-ofensiva geral. Ao mesmo tempo só seria possível compensar os pontos fracos da resistência desenvolvendo, ao mesmo tempo, a moral revolucionário, o fator humano e político insubstituível.

Até Diem Bien Phum

Enquanto isso, as tropas francesas tentando derrotar a revolução lançam uma manobra política: criam um go-

verno fantoche, sob o ex-imperador Bao Dai, com a promessa de independência "dentro da União Francesa". Essa manobra partia da visão que assim se poderia isolar mais os guerrilheiros.

Ao mesmo tempo, em outubro de 1947, o Estado Maior francês lança uma enorme ofensiva contra as áreas controladas pelo Viet Minh. O objetivo era desalojar o Viet Minh das montanhas setentrionais e, com essa vitória, consolidar o regime que tinham imposto ao Vietnam.

Contudo, no final, as tropas francesas foram derrotadas. A guerra toma então novas características. As tropas francesas passam a aplicar uma nova política: consolidar suas posições, aumentando ao mesmo tempo seus efetivos e dando início a uma campanha de "pacificação" e a formação de um exército vietnamita.

Vivia-se esse quadro quando, em 1949, é vitoriosa a Revolução Chinesa. Sua repercussão é enorme no Vietnam: o isolamento internacional a que estavam submetidos os revolucionários é rompido, ao mesmo tempo que passam a contar com um aliado, colado às suas

fronteiras. Mas, ao mesmo tempo em que isso acontece, os Estados Unidos foram passando a ter uma intervenção cada vez maior no Vietnam, chegando em 1954 a responder, em termos de ajuda, com cerca de 80% das despesas militares das tropas francesas na região.

Os franceses, não tendo condições de manterem o controle das áreas camponesas, terminam por optar por um agrupamento de suas tropas em torno de Hanoi e Saigon, ao mesmo tempo que estabelecem uma enorme fortificação em uma linha vital de comunicação entre o Vietnam e o Laos. Era a fortificação de Diem Bien Phum, no delta do Tonquim. Era considerada inexpugnável. Os revolucionários, sob o comando de Vo Nguyen Giap, terminaram

forças metropolitanas e coloniais.

Um dos fatores mais importantes para o vigor dessa resistência encontrava-se no campesinato. "Em 1953, o partido e o governo decidiram realizar a reforma agrária para libertar as forças de produção e dar um impulso mais vigoroso à resistência", disse Giap. Essa política foi o desencadear de uma revolução agrária, que espalhou-se pelos campos e identificou mais ainda o campesinato com a luta contra o imperialismo, que tinha nos latifundiários um dos seus aliados principais.

Rompimento

Os Estados Unidos não reconhecem o Acordo de Genebra. Passam, então, a financiar o regime que existia no Sul. Ngo Dinh Diem, um vietnamita que tinha vivido nos Estados Unidos, em



O "Apocalipse agora": a foto revelando o desespero das crianças vietnamitas após um bombardeio de um vilarejo do Vietnam do Sul em 1972 chocaria a consciência mundial.

demonstrando que isso não era verdade.

Durante 56 dias, os guerrilheiros desenvolveram uma ofensiva contra essa fortificação, demonstrando uma vontade revolucionária, uma capacidade de combate e comando, e uma versatilidade tática que superou todas as suas deficiências em termos materiais. Por fim, Diem Bien Phum caiu e, com ele, o governo metropolitano francês de Joseph Laniel, substituído pelo de Pierre Mendes-France, que foi obrigado a aceitar a discussão de um acordo.

Acordo de Genebra

Com a participação de oito países é realizado o acordo de Genebra, em 27 de julho, que tem entre os seus itens: o reconhecimento da independência do Laos e do Camboja, que faziam parte, junto com o Vietnam, da União Indochinesa, sob o controle da França; a divisão do Vietnam, à altura do paralelo 17, em duas partes, até eleições gerais, a serem realizadas em 1956, que decidiriam a reunificação do país e o seu regime.

Os franceses perderam cerca de 92.800 homens e tiveram 76.400 feridos, entre os seus 470 mil soldados das

New Jersey, e é totalmente mantido pelo imperialismo, adia, em julho as eleições gerais, e em outubro derruba o governo de Bao Dai, proclama a "República do Vietnam do Sul" e, para não perder tempo, proclama-se o "seu novo presidente". Os Estados Unidos lhe dão imediatamente apoio. Estava rompido o Acordo de Genebra.

O motivo de todo esse processo de golpe é fácil de se saber. Existia um enorme anseio entre o povo vietnamita de reunificação e independência do país. O PCV, apesar de todas as suas vacilações e erros, inclusive desenvolvendo, naquele momento, uma propaganda de que era possível se conseguir a reunificação do país por meios pacíficos, simbolizava para as grandes massas o veículo para qual seriam conseguidos os seus grandes anseios. Os Estados Unidos e Ngo Dinh Diem sabiam disso muito bem. O general Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos, acreditava que as eleições iriam ser ganhas facilmente pelos revolucionários.

Após o golpe, Ngo Dinh Diem procura ampliar e consolidar uma base de apoio social e político, devolvendo as

terras que tinham sido tomadas anteriormente para os latifundiários, que tinham se refugiado nas cidades, desde então. Os camponeses passam então a defender, arduamente, as suas terras.

O regime sul vietnamita foi se tornando cada vez mais autocrático e impopular. A guerra acelerou o seu desgaste e isolamento muito rapidamente. Com isso ele vai ainda mais se tornando dependente do imperialismo norte-americano, do qual dependia financeira e diplomaticamente.

Em 1960, é fundada a Frente de Libertação Nacional. Até então a luta contra o imperialismo norte-americano e o governo títere do sul, tinha sido levado adiante pelas massas sul-vietnamitas. Após a separação do Vietnã, a República Democrática do Vietnã, ao Norte, enfrentou uma forte crise econômica, produto de uma economia fundada nas antigas formas de exploração colonialista, de anos de guerra e da própria divisão do país.

Tratou-se de reconstruir o país, sob novas bases econômicas, com a constituição de um Estado Operário, e dar início a um regime de transição. Nesse processo cometeram-se erros que, depois foram analisados e corrigidos, mas que tiveram, naquele momento um efeito negativo na economia. Esse, ao que tudo indica, deve ter sido o fator fundamental da ajuda limitada da República Democrática do Vietnã, durante aqueles momentos iniciais de luta revolucionária no sul, após a divisão do país. De qualquer maneira essa situação começa a mudar já em 1960, durante o terceiro congresso do P.C.V.

Monges budistas

Com o desenvolvimento da resistência, os Estados Unidos foram, a cada dia que passava, intervindo mais diretamente no Vietnã. Os seus aliados eram incapazes de conter a luta do povo vietnamita. Ngo Dien Diem termina entrando em conflito com os budistas. Em novembro de 1963, os jornais de todo o mundo estampavam em suas páginas fotos de monges queimando-se vivos em plenas ruas de Saigon, em protesto contra o governo aliado dos Estados Unidos. Era o desastre total do governo de Diem. O imperialismo, então, resolve livrar-se dele.

O embaixador norte-americano, Henry Cabot Logem, dá respaldo, dias depois, ao General Doung Van Minh para a derrubada de Ngo Dinh Diem, que termina sendo, junto com um seu familiar, que era o chefe da temível polícia, assassinado barbaramente na rua. Essa mudança de roupa do regime não foi contudo, suficiente para dar uma real estabilização ao regime: seu processo de desgaste era muito profundo. Passa então a existir uma sucessão de "generais presidentes", até a "eleição" do general Nguyen Van Thie, que termina ficando no poder de 1967 até a derrota final em 1975.

A ascensão de Van Thie já se dá em pleno processo de intervenção direta, e acelerada, dos Estados Unidos na guerra. A sobrevivência do "governo" de Van Thie se explica não poder ele ter uma base de sustentação social e política no Vietnã, mas sim porque seu apoio era justamente a participação direta das tropas norte-americanas na região, massacrando sistematicamente os opositores ao regime, sustentando o seu governo fantoche que a repressão, com a corrupção, com a profunda substituição do próprio regime que tinha construído.

O pântano vietnamita

A intervenção do imperialismo norte-americano que começara durante o período da "guerra fria", sofre uma mudança profunda durante o governo de John Kennedy, quando é formulada uma nova doutrina de segurança do imperialismo, denominada de "respostas flexíveis", ou seja de ataques locais, nas regiões em que o imperialismo norte-americano considerava como em disputa. O Vietnã era uma dessas áreas.

No início do governo Kennedy, o imperialismo mandou "conselheiros militares". Depois mandou tropas de combate. Em princípios de 1965, as tropas norte-americanas eram cerca de 23 mil homens; em meados do mesmo ano, já tinham chegado a 53 mil, passando para 267 mil em 1966 e 542.500 em 1969. Ao mesmo tempo, o imperialismo impulsionou agressivamente a formação de um exército sul vietnamita. Esse exército era, em 1961 de cerca de 207 mil, em 1964, 356 mil, em 1966, 615 mil e em 1971 cerca de um milhão.

Apesar de todo esse enorme aparato de guerra, o imperialismo não conseguia derrotar o avanço da revolução. Na medida em que esse enorme aparato crescia e se tornava mais pesado, o imperialismo afundava-se no pântano vietnamita. Era como se o epicentro da revolução, a decisão da história, estivesse vivendo seu momento de verdade naquelas terras asiáticas. Nelas, o imperialismo vive o pesadelo de se afogar aos poucos.

Como nada parecia ser capaz de derrotar a revolução vietnamita, o imperialismo, durante o governo de Lyndon Johnson, manda bombardear o Vietnã do Norte. Milhares e milhares de toneladas de bombas são jogadas em cima de escolas, hospitais, indústrias, casas e campos. Milhares de pessoas são mortas e feridas. Disse um general norte-americano naquele momento: "devemos levar aquele povo de volta à idade da pedra".

A ofensiva do Tet

A política do imperialismo tinha com um dos seus aspectos mais importantes buscar demonstrar que os guerrilheiros estavam isolados, sem base social de apoio real, que eram apenas "agressores comunistas". A grande manipulação que fazia o imperialismo dos meios de comunicação tinha essa orientação básica.

Em fevereiro de 1968, quando essa política estava em pleno auge, os guerrilheiros lançam a grande ofensiva do Tet. Em pouco tempo, 36 das 44 capitais de províncias sul vietnamita são ocupadas pelos revolucionários, inclusive Saigon.

A política de Lyndon Johnson foi assim totalmente desmascarada. O desgaste do governo norte-americano foi tão profundo que Lyndon Johnson teve que mandar suspender os bombardeios e iniciar conversações com Hanoi, em maio de 1969, em Paris.

Foi tão profundo que Johnson não teve condições de se apresentar como candidato às reeleições presidenciais norte-americanas.

O presidente eleito, Richard Nixon, apesar de ser um histórico direitista, teve que se apresentar com uma plataforma de negociação e de "vietnamização da guerra", ou seja, como uma política de transferir a responsabilidade da guerra para o governo fantoche de Saigon.



Manifestação contra a guerra na Universidade de Kent, onde quatro estudantes americanos foram mortos: a solidariedade internacional jogou um papel decisivo

Esse processo enorme de desgaste do imperialismo se deu através de um enorme processo de mobilização internacional, aglutinando castristas, trotsquistas, segmentos negros e intelectuais pacifistas, além das massas asiáticas. Nos Estados Unidos, o movimento contra a guerra massificou-se e radicalizou-se. Era a profunda crise ideológica, analisada por tantos intelectuais, que se desenvolveu no seio do imperialismo.

Vitória final

Nixon tenta continuar a guerra, mas "vietnamizando o conflito". Enquanto Henry Kissinger discutia em Paris com Le Duc Tho, representante do Norte, os Estados Unidos iam diminuindo as suas tropas na região, ao mesmo tempo em que iam reforçando materialmente o exército sul vietnamita que lhe era subordinado.

Para conter o avanço revolucionário, voltam com os bombardeios massivos ao Vietnã do Norte. Na verdade, os bombardeios se multiplicam por todo o território vietnamita. Os massacres da população civil se generalizam. Todo vietnamita passa a ser um alvo para as tropas norte-americanas.

Nesse cenário de irracionalidade total da política imperialista e de avanço da revolução, morre Ho Chi Minh, a maior figura de todo esse cenário. A vitória da revolução aparecia no horizonte, apesar dos dirigentes da URSS e da China, que não davam a sustentação que realmente era necessária para o

avanço final. Nixon, principal representante do imperialismo, viaja à China e a URSS, onde é recebido como um grande estadista. Isso no mesmo momento em que as bombas e as balas norte-americanas matavam o povo vietnamita. Era a política da "coexistência pacífica".

Por fim, em 1973 um novo acordo de paz é assinado... Mas logo depois, é rompido pelo governo sul vietnamita, com apoio e sustentação do governo Nixon. A guerra continuou, mas em março e abril de 1975 a situação militar já era insustentável para os Estados Unidos.

O isolamento do governo fantoche do General Van Thie era enorme. O Governo Revolucionário Provisório vai avançando gradualmente. Toma Phouc Binh, capital da província de Phouc Long, e, dois dias após, Hué, capital de Thua Thien. O governo do General Van Thie tenta ainda uma manobra militar: concentrar a suas tropas em algumas áreas do litoral, Saigon entre elas e torná-las inexpugnáveis.

Em março, começa a ofensiva final. A derrocada do regime sul vietnamita é então, espetacular. Os soldados norte-americanos e os sul vietnamitas saem em debandada geral. As províncias em ritmo acelerado vão passando para o controle dos revolucionários.

A revolução é vitoriosa. O país é reunificado. Um Estado Operário, com deformações burocráticas, surge em todo o território vietnamita. O mito da invencibilidade do maior exército do mundo, havia caído.

Os novos caminhos da

Desde o começo da década de 80, a revolução cubana confronta-se com uma grave crise econômica e financeira, o que levou Fidel Castro à adoção da política conhecida pelo nome de "Processo de retificação das tendências negativas".

Além da crise econômica, há uma relação tensa com o processo de mudanças desencadeado por Gorbachev na União Soviética e na sua política internacional.

Nestes dois artigos que publicamos a seguir, a companheira Jeanette Habel analisa as novas opções políticas da direção castrista.

No plano econômico, os anos 80 foram marcados por numerosas dificuldades:

— a queda das cotações do açúcar juntou-se à diminuição do volume da produção canaveira devida a uma seca excepcional. Estas causas externas tiveram como resultado uma perda substancial das rendas do país.

As incertezas que pesam sobre a produção de açúcar natural, dado o desenvolvimento dos adoçantes sintéticos, não permitem prever um aumento de recursos a médio prazo, o que pesa sobre o desenvolvimento econômico.

— Esta situação foi agravada pela deterioração dos termos de intercâmbio no comércio com os países industrializados, ocasionando uma queda drástica das importações. Segundo o Banco Nacional Cubano, para cada tonelada de açúcar exportado para os países de economia de mercado, durante o período 1983—1985, Cuba perdeu 116,72 dólares de renda em divisas conversíveis.

— A depreciação do dólar provocou um aumento da dívida em 1985; a elevação das taxas de juros fez com que o Banco Nacional Cubano solicitasse a renegociação de sua dívida em 1982, 1984, 1985, 1986 e 1987.

A retração dos créditos ocidentais, a partir de 1981—1982, teve como consequência a suspensão temporária dos reembolsos.

— Além disso, a data de pagamento da dívida soviética chegou em 1986 e as subvenções soviéticas foram reduzidas; o preço pago pelo açúcar diminuiu; os lucros obtidos com a exportação de petróleo (graças às economias feitas no consumo de energia) caíram com a queda dos preços e estas perdas não foram compensadas por um aumento de volume do petróleo exportado. Tudo indica que a ajuda soviética diminuiu.

Esta difícil conjuntura econômica, uma das mais graves, senão a mais grave nestes trinta anos, se combina com uma nova situação internacional. No começo dos anos 80, depois da vitória da revolução nicaraguense e do

impulso revolucionário em El Salvador, o governo Reagan intensificou seus preparativos para a intervenção na região, inclusive contra Cuba, o que levou a direção castrista a modificar completamente sua política de defesa depois da intervenção militar em Granada, em 1983.

A investidura de Gorbachev na direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1985, ocasionou mudanças importantes nas relações cubano-soviéticas, em termos de ajuda econômica e de política internacional.

Mudança de rumo

Foi nesse contexto que, em 1986, foi questionada a política econômica adotada no primeiro congresso do Partido Comunista Cubano (PCC). O Sistema de Direção e Planificação Econômica (SDPE), que enfatizava a importância das relações monetárias e mercantis, a necessidade de reformas econômicas (legalização de atividades privadas, em particular na agricultura), a prioridade aos estímulos materiais e um aumento na hierarquização dos salários, foram questionados e os responsáveis por sua aplicação foram afastados. As reformas econômicas foram severamente criticadas e as atividades privadas que havia legalizado foram proibidas, particularmente os mercados livres camponeses.

É inegável que a aplicação das reformas econômicas no quadro do SDPE favoreceu o desenvolvimento da corrupção, dos privilégios e das desigualdades sociais. A insuficiência dos investimentos nos serviços sociais, a começar pela habitação, e a degradação dos serviços na educação e na saúde, contribuíram para corroer as conquistas sociais. O caráter igualitário da revolução cubana, que construiu sua força, estava em xeque.

Uma política arriscada

A importância destas medidas agravava os riscos de separação entre a direção e as massas, ainda mais que o modo de direção da equipe dirigente, paternalista e altamente hierarquizado, se choca com as exigências das novas gerações mais cultas, tanto entre os intelectuais, na Universidade, como nos meios artísticos, entre certos setores femininos radicalizados e, sobretudo, na juventude.

Compreendendo o perigo desta situação, Fidel Castro empenhou-se, com o processo de retificação, numa reorientação econômica, política e ideológica de conjunto que inclui um balanço das relações com a União Soviética desde o princípio da revolução.

De saída, procurou revitalizar as organizações de massa. Mas é forçoso constatar as limitações dos órgãos do poder popular, mais do que nunca absorvidos pelas tarefas de gestão locais e municipais. Isto não lhes permite enquadrar a desorganização reinante nas



A direção fidelista tomou posição diametralmente oposta ao curso econômico estimulado na URSS, opondo-se no essencial às reformas econômicas mercantis.

empresas e menos ainda desempenhar um papel dinâmico nas opções econômicas essenciais.

Os sindicatos participam dos esforços para reorganizar e racionalizar a força de trabalho e aumentar a produtividade, têm um papel ativo na denúncia dos erros administrativos e abusos dos diretores, mas sua tarefa, como disse Fidel Castro, consiste sobretudo em "ajudar os administradores a melhor dirigir", sem se isolar das massas.

As organizações da juventude são confrontadas pelas pressões da nova geração: o jornal da Juventude Comunista (JC) repercute os debates em curso sobre o conteúdo do ensino, os problemas culturais, a insuficiência da discussão. É aí que as mudanças são mais perceptíveis e o espírito crítico é mais desenvolvido. Mas o peso da juventude cubana na vida pública permanece limitado.

Dificuldade e entrave

Os mecanismos políticos fundamentais do exercício do poder não estão em discussão, embora apareçam, mais do que antes, como um entrave ao desen-

volvimento econômico e à consolidação da revolução.

— A concepção do partido único e monolítico não corresponde cada vez mais às necessidades sócio-culturais de numerosos setores da sociedade cubana. O "mando único" e o funcionamento da equipe dirigente, o poder exorbitante de Fidel suscitam a irritação e, pela primeira vez, críticas chegam até a exprimir o questionamento da legitimidade e da popularidade da direção castrista.

— Mas a direção tomou, há um ano, importantes medidas de liberalização política: numerosos presos políticos foram libertados (evidentemente não falamos dos que foram presos por atos contra-revolucionários, considerados também como "políticos" pela imprensa de direita, mas dos que foram detidos por delitos de opinião, por seus escritos, considerados como "propaganda inimiga"). O código penal foi modificado no sentido de uma despenalização das infrações menores. Em compensação, as sanções por delitos de corrupção foram reforçadas.

A imprensa ecoa cada vez mais críticas populares, mas isto continua extre-

revolução cubana

mamente limitado, enquanto, no plano artístico, a tolerância e a abertura são mais importantes.

— Finalmente, no plano ideológico, a direção está engajada numa reflexão de conjunto, fazendo um balanço das experiências passadas e dos problemas da transição nas condições específicas da revolução cubana. Esta reflexão crítica engloba igualmente a experiência da Nicarágua e os debates em curso nas diferentes organizações revolucionárias latino-americanas sobre a análise de crise do socialismo. A experiência Gorbachev interfere evidentemente nesta reflexão.

A direção fidelista tomou posição diametralmente oposta ao curso econômico estimulado na União Soviética, opondo-se no essencial às reformas econômicas mercantis. Mas sua margem de manobra é limitada pela existência, no aparelho, de uma corrente gorbacheviana suficientemente forte para obrigar Castro a repelir o 3º Congresso do Partido, em dezembro de 1986 e de fato a mudar-lhe o rumo, lançando a campanha da retificação entre as duas sessões.

— Quanto à dívida externa, a direção Gorbachev pronunciou-se pelo seu pagamento pelos países do Terceiro Mundo, no momento em que Castro pedia a sua anulação. Na América Central, Gorbachev limitou a ajuda à Nicarágua e reduziu os fornecimentos de armas a esse país. De maneira geral, os processos revolucionários não fazem parte das preocupações principais da direção soviética: a influência cubana no Terceiro Mundo, que representava um trunfo para a burocracia soviética, hoje é relativizada.

A direção castrista reagiu voltando-se ainda mais para os governos da América Latina, onde alcançou sucessos diplomáticos muito importantes. O isolamento imposto pelo imperialismo foi batido em toda linha.

Se o apoio aos processos revolucionários da América Central permanece inalterado, a política em relação ao subcontinente americano evoluiu sensivelmente: a confusão entre as tomadas de posição do Partido e a diplomacia estatal dá lugar a discursos preñes de ambigüidades ilustradas pela presença de Fidel Castro no México, quando da posse de Salinas de Gortari, legitimando a fraude eleitoral do PRI. O potencial antiimperialista da burguesia latino-americana é freqüentemente superestimado.

Quadro contraditório

A saída das tropas cubanas de Angola deveria facilitar ainda mais estas aproximações diplomáticas. Entretanto, a menos que uma nova vitória revolucionária na América Latina altere a relação de forças políticas a curto prazo, a revolução cubana não pode esperar uma solução para as graves dificuldades em que se encontra, junto aos governos burgueses latino-americanos.

Está forçada, portanto, a compor-se uma vez mais com a direção soviética.

Mas, desta vez, a revolução cubana está numa situação particularmente difícil.

— O próprio Castro reconhece: as dificuldades econômicas não têm solução a curto prazo;

— A integração no Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) e a especialização na produção do açúcar não permitiram um desenvolvimento econômico mais equilibrado. Pelo contrário, aumentaram a dependência econômica em relação à União Soviética;

— No interior do país, os fenômenos de corrupção agravaram-se e o processo de burocratização prosperou à sombra das reformas mercantis.

— Na América Central prossegue o processo revolucionário, mas ao preço de graves dificuldades na Nicarágua e de uma guerra heróica em El Salvador, cujo custo humano é dramático;

— Tradicionalmente, a direção castrista manteve o equilíbrio e o apoio das massas entre a ajuda às lutas de libertação nacional, de um lado, e sua integração no COMECON, seus laços com a União Soviética de outro. Este equilíbrio realizou-se através de uma relação paternalista com as massas e no quadro de um partido único submetido às iniciativas pessoais de Fidel Castro;

— Hoje em dia, o grupo fidelista enfrenta um quadro contraditório: ou segue a linha Gorbachev e intensifica as reformas, o que implica no descontentamento das massas e na fragilização máxima da revolução cubana sem contrapartida e sem garantia para o futuro de parte da União Soviética; ou desenvolve uma orientação mais igualitária e aumenta os serviços sociais, mas na base de um empenho decidido e de uma exemplaridade que não bastarão para resolver as graves dificuldades econômicas.

Saída para a crise

Nestas condições, a única maneira de impedir que a crise econômica desemboque numa crise política maior, está na aplicação de uma democracia social e política, a única capaz de estimular a "consciência econômica" dos trabalhadores, em lugar do partido único e do apelo ao engajamento. Os zigue-zagues políticos e os repetidos reveses econômicos, no longo prazo, têm um risco de suscitar o ceticismo e de embotar a confiança das massas. A liderança carismática de Castro não pode substituir a democracia das massas organizadas.

Diante dos perigos que pesam sobre a revolução, cabe apoiar tudo que leva a um curso social mais igualitário, a uma luta contra os privilégios e a burocracia, à expressão autônoma das massas e à liberdade dos debates políticos, a uma ajuda ao desenvolvimento dos movimentos revolucionários na América Latina.



Minibrigada de construção em Havana: este tipo de trabalho voluntário é um aspecto central do processo de retificação.

Um desafio histórico

Trechos de um artigo de Fidel Castro, publicado no jornal Granma em 29 de janeiro de 1989

“Estamos diante de grande desafio histórico: quem vencerá? Quem se imporá? O regime capitalista — egoísta, caótico, desumano? Ou o socialismo — um sistema mais racional, mais solidário e mais humano? Eis o desafio que devem enfrentar os jovens cubanos e o povo cubano, os jovens e os povos dos países socialistas. Naturalmente, isto exige de todos nós, em particular da nova geração, um esforço especial de aperfeiçoamento.

Devemos compreender com toda clareza a tarefa que nos espera e a batalha que travamos agora pelo aperfeiçoamento do socialismo em nosso país. Essa batalha tem como objetivo — e este pode ser o maior desafio/aperfeiçoar o socialismo sem recorrer aos mecanismos e ao estilo do capitalismo, sem fazer o jogo do capitalismo. É nisto que trabalha-

mos, no quadro do processo de retificação.

Eu já dizia há alguns dias que os resultados deste processo são visíveis. Mencionarei apenas um exemplo: os contingentes de construtores (...) Vimos as obras que os contingentes realizaram em diversas províncias. Ora, os principais aplicados nesses coletivos operários não têm nada que ver com os métodos de estímulo capitalistas, nem com os métodos de organização capitalistas. Estou seguro de que esta espécie de coletivo não existe em nenhuma outra parte.

Isto demonstra o que o homem pode fazer, o que ele é capaz de fazer quando se tem confiança nele, quando não se parte da idéia que o homem é um animal que avança porque lhe aplicam pauladas ou lhe passam um engodo diante do nariz.”

As contradições da

Anunciada em 1986, entre duas sessões do III Congresso do Partido Comunista Cubano, o "processo de retificação" entrou em nova etapa.

Iniciada como uma campanha contra "os tecnocratas e os novos capitalistas", a retificação coloca a sua ênfase agora no aumento da produtividade do trabalho.

Assim, a direção castrista procura o equilíbrio precário entre o apelo às reformas mercantis e os riscos da planificação burocrática.

Os primeiros discursos, marcados por uma crítica virulenta às reformas econômicas mercantis e aos mecanismos capitalistas, à supressão das atividades privadas foram sucedidos por uma fase de reorganização e de racionalização do trabalho. A direção cubana está em busca de uma via mediana para evitar os riscos da planificação burocrática, de um lado, e os erros das reformas mercantis, de outro. A ênfase é posta no desenvolvimento econômico, em particular o industrial: "não é o momento de se pensar no consumo, é preciso pensar no desenvolvimento que, mais tarde, permitirá o consumo em base mais sólida e segura", reafirma Fidel Castro (Granma, 11.12.1988).

A prioridade absoluta é conferida aos investimentos, em particular aos que trazem divisas ou permitem economizá-las. Embora as orientações decorrentes da retificação ainda não estejam definidas, já existem importantes indicações sobre a política seguida.

Em primeiro lugar, neste contexto, a retificação levou à redução da importância estímulos materiais que tinham sido instaurados com o Sistema de Direção da Planificação Econômica (SDPE) para recompensar a superação do plano: os diretores de empresas fixavam as normas de trabalho em um nível artificial e os prêmios, muitas vezes, eram superiores aos salários, sem que aumentassem a produção.

De agora em diante, é preciso trabalhar mais, ganhando menos, muitas vezes. Assim sendo, não é de surpreender, como sublinha um comentarista do jornal Granma, "que talvez, o aspecto mais difícil da retificação consista em convencer os trabalhadores a renunciarem a salários muito elevados resultantes da aplicação de normas obsoletas ou de critérios errôneos". (Granma, 18 de setembro, 1988).

As microbrigadas

Em segundo lugar, a força de trabalho racionalizada e reorganizada. Os efetivos são revistos para baixo nas administrações, mas a diminuição do nú-

mero de trabalhadores empregados na produção é mais geral e pode atingir de 30 a 40% dos efetivos.

Os trabalhadores excedentes de uma fábrica são reempregados em outra parte, eventualmente nas microbrigadas, sob a condição de que aceitem o emprego que lhes é proposto.

Em terceiro lugar, para combater a falta de assiduidade e a indisciplina no trabalho, bem como a instabilidade e excessiva mobilidade dos trabalhadores, são utilizadas equipes de trabalho mais reduzidas às quais se fornece máquinas e matérias-primas. Nas microbrigadas ou mesmo nos "contingentes de trabalhadores" compostos por trabalhadores polivalentes de vanguarda, a palavra de ordem é "os melhores no comando"...

A produtividade

O controle da produtividade é mais fácil. É exercido pelos trabalhadores que organizam sua própria produção, elaboram seu plano de trabalho e geram sua contabilidade e seus salários; a economia de recursos e o aumento da produtividade às vezes podem obter prêmios importantes, sob a forma de aumento de salários ou, por exemplo, a concessão de moradias, exceto aos trabalhadores que não "mereceram". Estas vantagens, seja salariais ou em espécie são distribuídas sob o controle do PCC.

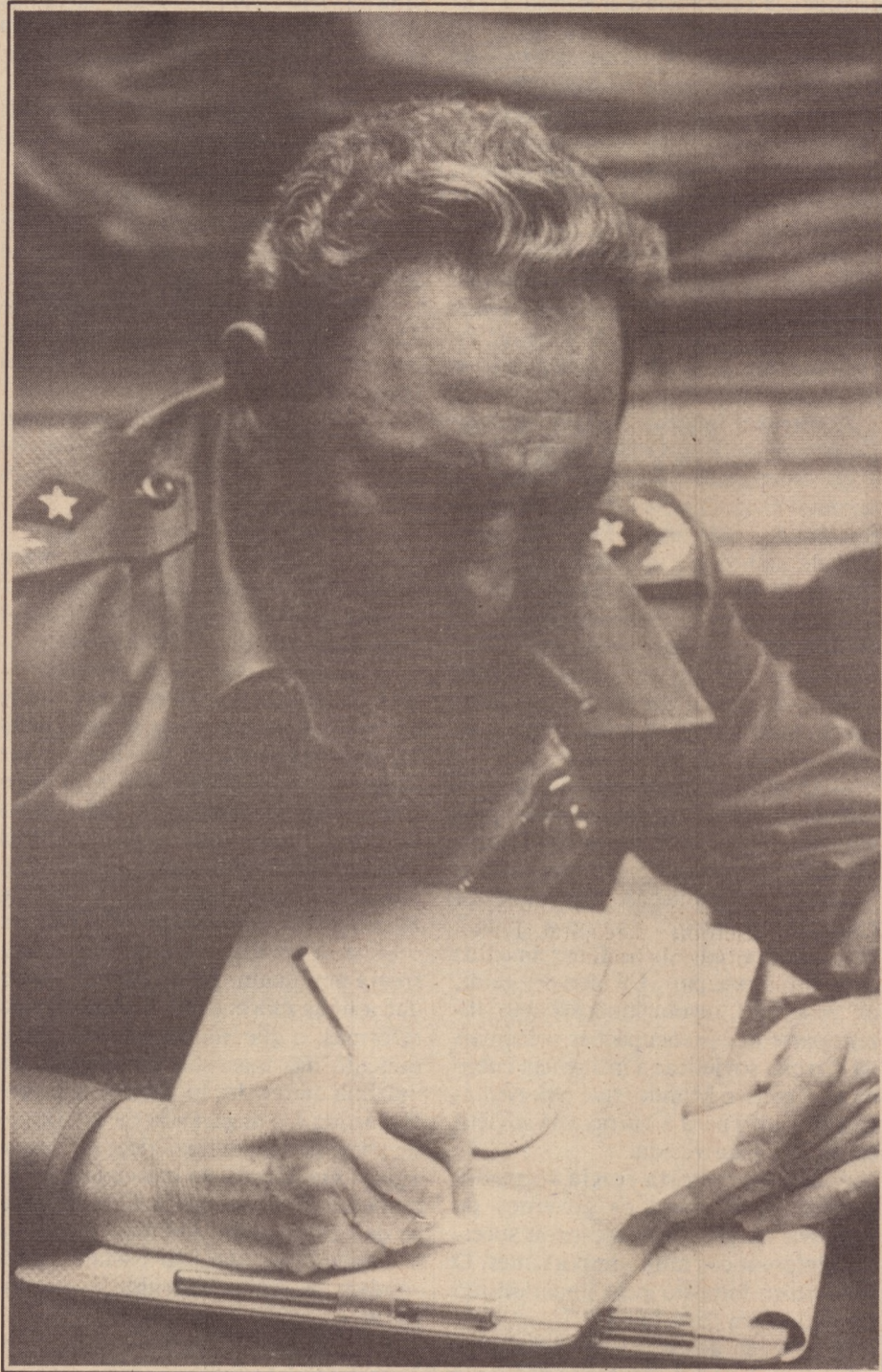
Em quarto lugar, os mecanismos de planificação serão simplificados e uma certa descentralização econômica está em curso. As estruturas administrativas intermediárias entre a produção e a distribuição poderão ser suprimidas ou modificadas.

O Ministério da Indústria de Base de Cuba, do qual dependem amplos setores da produção, anunciou uma reforma visando "desburocratizar" suas estruturas. O pessoal administrativo dos escritórios centrais foi reduzido em 60%; o peso da direção da produção passou dos órgãos burocráticos ministeriais às mãos dos diretores de empresa.

Em quinto lugar, a autonomia das empresas poderá ser reforçada, levando-se em conta a reforma do COMECON, cuja 43ª sessão extraordinária, em outubro de 1987, definiu programas especiais relativos à cooperação entre os países europeus do COMECON, de um lado, e o Vietnã e Cuba, de outro.

É difícil de imaginar que tudo isto possa deixar de ter consequências na economia cubana, a qual, de qualquer forma, terá que se adaptar às negociações diretas com as empresas soviéticas, autônomas de agora em diante e pouco inclinadas a financiar a fundo perdido suas trocas com Cuba.

Depois de ter criticado as empresas mistas, Fidel Castro acaba de afirmar que tais empresas vão se desenvolver, não só na indústria turística, mas igualmente em outros setores destinados à exportação, afim de beneficiar-se da tecnologia, das matérias-primas e dos mercados fornecidos pelos investidores.



Fidel Castro: entre o apelo ideológico do Che e o pragmatismo das reformas econômicas de Gorbachev

Mas estas medidas, com suas consequências no plano salarial ameaçam contradizer os temas igualitários dos discursos fidelistas destes últimos meses. Por exemplo, os contratos concluídos com os homens de negócio espanhóis para a construção e gestão de hotéis e restaurantes autorizam a admissão ou a despedida de trabalhadores à base de seu desempenho no trabalho.

A estratégia fidelista parece ser uma mistura de melhora do sistema de planificação, baseada na descentralização e uma autonomia maior, e uma adoção acrescida de voluntarismo. Esta combinação de medidas seria traduzida, então, numa espécie de radicalismo ideológico no plano político, acompanhado de um pragmatismo reforçado no plano econômico.

As tensões sociais

Em suma, nesta hipótese, a direção castrista combinaria uma abordagem

econômica mais compatível do que parece com a ótica soviética, sempre levando em conta diferenças de nível de desenvolvimento entre os dois países. O apelo ao trabalho voluntário e a referência ao Che Guevara poderiam ser utilizados por uma parte do aparelho para fazer com que os trabalhadores engulam a pílula da austeridade, sem colocar em causa "a colossal incompetência burocrática" (expressão de Gabriel García Márquez), que é uma das causas essenciais da atual crise.

As dificuldades da vida quotidiana, o agravamento das condições de trabalho e de transporte, provocadas pela queda das importações, notadamente pela falta de peças de reposição, hoje em dia, não deixam de repercutir sobre a mobilização das massas. São perceptíveis manifestações de descontentamento.

Formam-se filas desde a madrugada diante dos armazéns. A supressão das feiras campôneas livres freou o enri-

Campanha de Retificação

quecimento colossal dos camponeses privados, mas nem por isso resolveu os problemas do abastecimento. Mais uma vez os transportes se deterioraram. Os consertos são mais difíceis de fazer e os enguiços aumentam. A especulação aumentou e ocorrem operações e batidas policiais contra os especuladores, com ampla repercussão na imprensa cubana.

Fenômeno mais inquietante, as manifestações de "indisciplina" no trabalho agravaram-se. A adoção da reforma econômica, em 1975, e sua aplicação durante dez anos, devia aumentar a motivação e a disciplina dos trabalhadores. Ora, o número de processos com acusação de indisciplina no trabalho passou de 9.988, em 1979, para 25.572, em 1985 (Revista **Trabajadores**, da CTC, 5 de julho de 1986).

Indisciplina no trabalho

A criação do processo de retificação em 1986 tinha por objetivo antes de tudo, modificar esta situação pela qual era responsabilizado o SDPE com seu cortejo de desigualdades e de corrupção.

O nível de alerta foi atingido em novembro com um incidente sem precedente: um incêndio da central telefônica de Havana, causando a paralisação do sistema telefônico da capital. Trata-se, segundo o jornal **Granma**, de sabotagem praticada por uma operadora da empresa que, deliberadamente, ateou fogo às instalações "para prejudicar a administração da empresa da qual, por duas vezes, recebeu censura por abandono de posto". A menção destes fatos na edição internacional do jornal basta para sublinhar-lhes a gravidade.

O mal-estar social e a inquietude dos trabalhadores ante as dificuldades crescentes no trabalho e na vida quotidiana são assim postos em evidência e, sem dúvida, não é por acaso, que por ocasião do trigésimo aniversário da Revolução, dois meses após este incidente, o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social decidiu "reabilitar os trabalhadores punidos por medidas disciplinares que figuram em seu currículo" (as punições por indisciplina podem ir da censura à demissão). A reabilitação refere-se aos trabalhadores punidos que, depois disso, mantiveram uma atitude positiva no trabalho, mas apesar disso as penalidades eram mencionadas em seu currículo.

As contradições sociais inerentes às atuais ambigüidades da retificação são postas em evidência, desde a terceira reunião, dirigida por Fidel Castro, das empresas de produção e serviço de Havana em meados de 88, a qual centrou o processo de retificação no problema dos custos, da rentabilidade das empresas, da organização do trabalho e dos salários. Em outras palavras, a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho.

Pela primeira vez, o governo cubano reconheceu uma taxa de desemprego de 6%, em lugar de 3,4% em 1981. Por certo, a direção castrista não esconde a dimensão da crise econômica e seu ca-

ráter duradouro, confirmadas quando da última Assembléia Nacional do poder popular: "a situação de 1986 não melhorou em 1987, mas agravou-se e, em 1988, agravou-se mais ainda. Nos próximos anos os investimentos econômicos deverão ter prioridade absoluta, particularmente os que permitirem uma economia de divisas conversíveis ou sejam suscetíveis de obtê-las".

Nestes tempos de vacas magras, como vão reagir as massas? Quem vai pagar a conta da crise? Qual é o objetivo social do processo de retificação? São outras tantas questões que permanecem em aberto. O potencial de mobilização das massas cubanas talvez ainda seja suficiente para resistir ao mesmo tempo à penúria e ao desgaste da vida quotidiana. Entretanto, isto é possível sob a condição de que os sacrifícios sejam igualmente repartidos. O que implica em que a retificação seja aplicada no plano social com o sentido igualitário dos primeiros discursos de Fidel e na redução dos privilégios e uma autêntica luta antiburocrática e, no plano político, na democratização em favor não só do grupo dirigente, mas das amplas massas.

Onde vai a retificação?

Ora, até o momento, ninguém sabe para onde vai a retificação: iniciada como campanha contra "os tecnocratas e os novos capitalistas", foi substituída por medidas de aumento da produtividade do trabalho e se ignora quais serão as próximas etapas.

Como assinala um jornalista cubano, o processo de retificação "tem seus partidários e seus inimigos. Uns o freiam e outros gostariam de impulsioná-lo para mais longe (...) Os cubanos têm o hábito de lançar a responsabilidade por todos os erros sobre os diretores de empresas e sobre os dirigentes dos organismos, os quadros. Vêm mais facilmente um cisco no olho do vizinho do que uma trave no seu próprio olho".

Este comentário diz bem o que pretende: concebida como "contraofensiva estratégica", a política de retificação mascara interesses sociais contraditórios. Os administradores são favoráveis a uma autonomia maior das empresas, da qual seriam os primeiros beneficiários.

A estas ambigüidades é preciso juntar as decisões econômicas adotadas em relação ao estabelecimento de empresas mistas entre a Alemanha Oriental e Cuba para a indústria alimentícia, bem como os projetos de cooperação industrial que poderiam ser igualmente financiados pela Comunidade Européia.

O turismo pode trazer divisas e o faz, mas agrava as tensões na medida em que o contraste entre a austeridade e a fartura posta à disposição dos visitantes já suscita os protestos da população. As empresas mistas podem facilitar a exportação de produtos cubanos, mas as condições particulares concedidas aos trabalhadores a serem nelas empregados chocam-se com os ob-

jetivos igualitários da retificação.

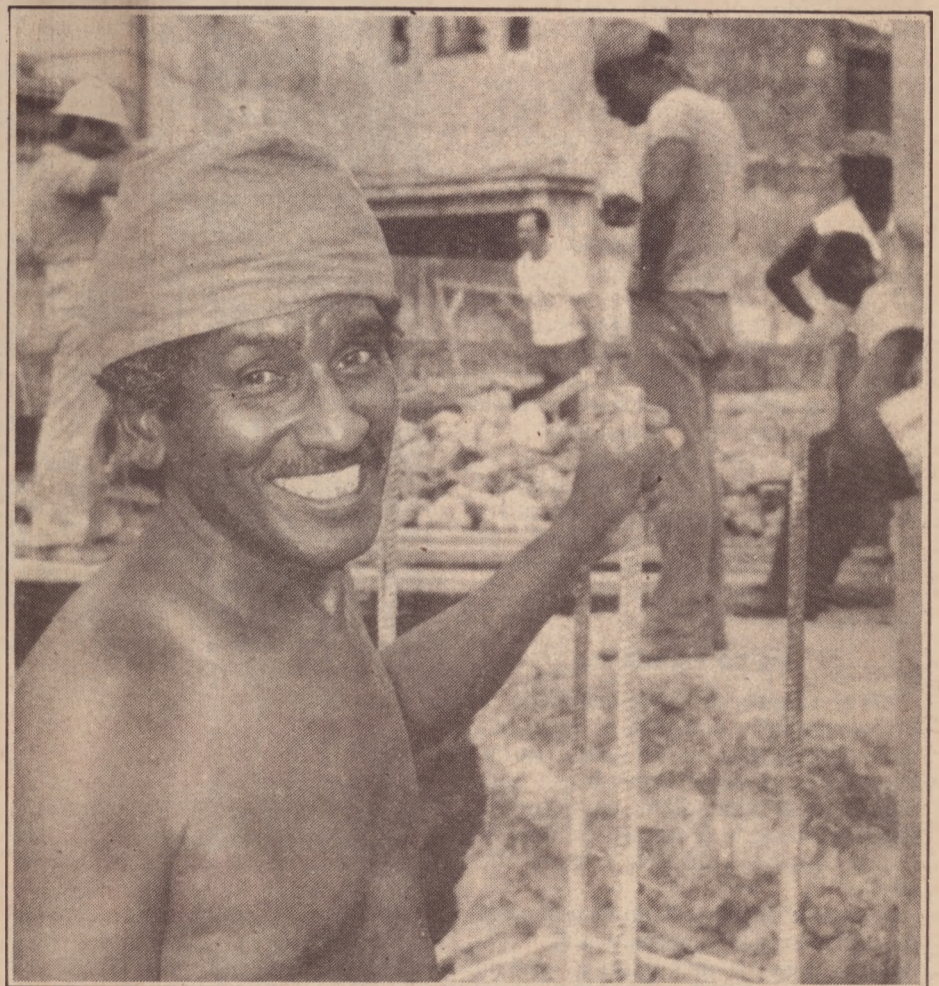
As regras do jogo

Ao afirmar que "o segredo da produtividade está na disciplina, tecnologia (...) na utilização racional e eficaz do material e da mão-de-obra" e que é possível "fazer mais do que os capitalistas quando se é capaz de dirigir os homens — aí é que está o segredo — com métodos revolucionários" (janeiro, 29, 1989), Fidel Castro corre o risco de dar-se a si mesmo e à equipe que o cerca um atestado de incapacidade ou, então, ele pretende colocar em questão os métodos não-revolucionários dos que detêm as alavancas de comando da economia e do aparelho de Estado, para deles se diferenciar.

pressão na qual vê um meio de diferenciar a base social do regime. Castro, por sua vez, acelera as aproximações em curso com os governos da América Latina e tenta negociar — na onda dos acordos sobre Angola — uma reaproximação com os Estados Unidos.

Mas esta política tem uma contrapartida: respeitar as regras do jogo do clube no qual se quer entrar. Como disse um diplomata latino-americano: "Cuba não pode pretender jogar futebol com as regras do baseball." Em outras palavras, para fazer parte do clube é preciso mostrar as mãos limpas: cessar a ajuda aos revolucionários no exterior, apertar o cinto no interior, modernizar um sistema ineficaz.

Gorbachev mantém um discurso simétrico: Cuba deve escolher, ou bem



Um dos trinta mil cubanos que participam nas microbrigadas de construção em Havana

Voltando-se uma hora para as massas e, na outra, para o aparelho, segundo a conjuntura, Fidel ainda preserva seu papel de árbitro, mas sua credibilidade se desgasta neste jogo de equilíbrio. Não pode obter êxito a aposta castrista simultânea na economia da glasnost e na autogestão operária. De um modo ou de outro será preciso definir-se tanto no plano interno como no plano internacional.

A política de Gorbachev

Gorbachev deseja que Cuba se integre em sua política de negociação com o imperialismo americano, aceite sua política econômica de verdade dos preços e de austeridade, permitindo aliviar a ajuda da URSS. Bush encoraja esta

ser um cavaleiro solitário e assumir as conseqüências ou fazer o jogo com os demais países ditos socialistas e reformar sua economia.

Preso no torniquete dessas contradições, a revolução cubana ainda pode — diferentemente dos países do Leste europeu — contar com a mobilização das massas. A condição é compreender que a ausência de motivação econômica no trabalho (salvo nos limitados setores de vanguarda, organizados nos contingentes de construtores ou as microbrigadas) é conseqüência, em última instância, da ausência de motivação política. A determinação e a consciência revolucionária só poderão ser eficazes com um real poder de organização, de controle e de gestão pelos próprios trabalhadores: esta opção decisiva para o futuro da revolução cubana é cada vez mais premente.

A mais numerosa nação do mundo está mergulhada numa profunda crise política que mobiliza gigantescas massas humanas de milhões e milhões de pessoas. A China — um bilhão e 200 milhões de habitantes, um quarto do gênero humano — rebelou-se contra a burocracia de corte estalinista, sacode o aparelho do partido único, abala a estrutura sufocante do autoritarismo antidemocrático.

País em desenvolvimento, a China revolucionária está vivendo uma original experiência histórica que materializa uma contribuição inédita à revolução política nos Estados Operários pós-capitalistas. As mais gigantescas massas já reunidas em todos os tempos estão forçando as passagens de acesso de um grande povo à democracia socialista.

Durante todo o mês de maio, o povo chinês, em ebulição revolucionária, exigindo democracia, liberdade e socialismo, ocupou o centro da atenção internacional. A resistência à burocracia estaliniana transforma-se em enfrentamento político aberto e comprova que não se trata de um fenômeno isolado e referente apenas à União Soviética e países do Leste europeu.

As notícias mais recentes falam numa redução sensível do número de estudantes e operários acampados na Praça da Paz Celestial, em Pequim. Mas, ao mesmo tempo, já está bem claro que o processo de confrontação política entre o povo, de um lado, e a burocracia, de outro, é irreversível. A China entrou em processo de mudança. Não há retorno possível à situação anterior. E, por mais que ainda consiga manter as aparências, a burocracia sofreu um primeiro abalo e não pode impedir o desgaste de novos choques ainda mais amplos e profundos.

A luta contra a burocracia na China tem numerosos pontos de contato e coincidência com o que se passa na URSS e no Leste europeu, mas ostenta algumas características específicas que já se pode anotar.

Antena estudantil

Os estudantes chineses, beneficiários duma revolução que abriu as portas da universidade para os filhos dos trabalhadores da cidade e do campo, funcionaram como uma antena captadora do descontentamento e crescente ânimo de luta e resistência de todo o povo chinês.

O regime de Deng Xiao Ping, apesar dos aplausos dos imperialistas americanos e japoneses, acumulou e agravou contradições que já se tornaram insuportáveis.

No campo, a política oficial de enriquecimento individual dos camponeses teve um aparente efeito positivo: a produtividade do trabalho rural aumentou e o nível de vida melhorou. Mas este enriquecimento determinou uma intensa diferenciação social. Em consequência, dos 330 milhões de camponeses ativos, mais da metade, 180 milhões, partiram do campo para a cidade. Isto quer dizer que um em cada grupo de vinte chineses está disputando um posto de trabalho num centro urbano, rodando dum ponto para outro, em constante pressão sobre o mercado de trabalho, agravando o problema habitacional, sobrecarregando os transportes.

Pior ainda do que isso, a "modernização rural" de Deng, a corrida para o lucro sacrificou as culturas de base: caiu a produção de arroz. Além disso, o Estado que é o grande comprador de



Estudantes e soldados na Praça Celestial: tensão e fraternidade

Maio vermelho em Pequim

Ao som da Internacional, milhões de chineses fazem ecoar as exigências de democracia no socialismo.

cereais nem sempre honra suas dívidas. O frágil equilíbrio alimentar da China está em perigo.

Nas cidades, a reforma econômica de Deng significou uma gigantesca elevação do custo de vida. O afluxo de camponeses para a cidade coincide com as reformas nas empresas, com fechamentos, dispensas em massas, salário por peça, etc. Um dos efeitos já visíveis é o aumento da criminalidade.

Acumularam-se as contradições. Os estudantes foram a antena captadora e desempenharam o papel de detonante em um meio explosivo.

Estudantes e operários

A grande característica da rebelião é a sua completa autonomia, a total independência do aparelho partidário e estatal. O movimento auto-organizado, rapidamente montou uma direção

com expressão nacional, estruturou uma administração própria com seus serviços de higiene, segurança, preservação do patrimônio, alimentação. A concentração de mais de um milhão de pessoas em praça pública não pode se manter por tanto tempo sem comando político competente.

A repetição dos desfiles e grandiosas manifestações nas principais cidades do país revela que as massivas adesões espontâneas passaram rapidamente para um patamar de mais elevado nível de organização.

Não tardou, igualmente, a manifestação da presença operária, o que só podia aumentar a consistência e coerência política da revolta. A coincidência da irrupção do movimento com a visita de Gorbachev revela a escolha cuidadosa do momento apropriado à iniciativa. A burocracia chinesa estava

relativamente paralisada pela presença do lançador da **perestroika**. Ao mesmo tempo, identificava-se o ponto de ligação do protesto chinês com a movimentação das massas na URSS e na Europa Oriental.

Derrota da lei marcial

O formidável alcance da mobilização maiúscula de massas se evidenciou na desmoralização e derrota da lei marcial. Manter o movimento contra o toque de recolher, conservar intactas as fileiras dos manifestantes contra o cerco armado de centenas de milhares de soldados, só pode ter consolidado a autoconfiança e a iniciativa populares.

Os atos de confraternização de soldados com operários e estudantes repercutiram nas cúpulas militares, dividiram os comandos e ameaçaram os sátrapas da burocracia de um perigoso isolamento político.

A burocracia não pode esconder sua irremediável divisão interna. O noticiário fala de dirigentes em prisão domiciliar e de gente que muda de opinião e de trincheira. A coesão interna da burocracia foi severamente golpeada.

Em contraste, o apelo dos estudantes foi o sinal para a aglutinação de operários, camponeses, soldados, intelectuais, homens e mulheres na clássica frente revolucionária em combate pelo socialismo.

A praça da Paz Celestial lutou e luta ao som da Internacional.

Solidariedade e confiança

Os dados que já é possível recolher e o seu conteúdo político indicam veementes sinais do início da revolução política na China. São ainda os primeiros passos. A burocracia ainda tem muito fôlego. Mas é legítima e bem fundada a confiança nas massas de milhões de chineses, em sua coragem e determinação política. Em contraste, a burocracia, que usurpou o poder conquistado pelas massas na Revolução, só pode depositar sua esperança de sobrevivência na repressão policial-militar.

A grande diretiva dos marxistas revolucionários sobre a importância decisiva da defesa intransigente da democracia na luta pelo socialismo está integralmente confirmada pela prática do levantamento chinês.

Ele merece a nossa firme solidariedade.

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 10,00 () Normal: NCz\$ 8,00

Nome:

Endereço:

CEP Cidade Estado

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à:
 Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556
 Cep 05404 — São Paulo — SP